



DIÁRIO

da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

COMISSÃO PERMANENTE

REUNIÃO DE 5 DE SETEMBRO DE 1996

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida SantosSecretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Fernando José Antunes Gomes Pereira

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a reunião às 15 horas e 30 minutos.

Antes da ordem do dia. — Deu-se conta da apresentação das propostas de lei n.º 55 e 56/VII (ALRM), das propostas de resolução n.º 10 a 16/VII, do projecto de lei n.º 207/VII, do projecto de resolução n.º 27/VII, do projecto de deliberação n.º 20/VII, de requerimentos, da resposta a alguns outros e do pedido de renúncia ao mandato do Deputado do PSD Nunes Liberato.

Foram aprovados pareceres da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias relativos à retoma de mandato e à substituição de Deputados do PS e do PSD.

O Sr. Deputado Carlos Coelho (PSD) acusou o Governo de não ter dado total cumprimento à deliberação aprovada pela Assembleia em Julho passado, podendo assim criar situações de desigualdade no acesso ao ensino superior, e anunciou a apresentação pelo seu partido de um novo projecto de deliberação.

O Sr. Deputado António Braga (PS) saudou a tranquilidade com que o ano lectivo se está a iniciar e deu conta da indisponibilidade do seu grupo parlamentar em votar nesta reunião a iniciativa apresentada pelo PSD, tendo, no final, respondido ao Sr. Deputado Carlos Coelho (PSD), que usou da palavra em defesa da consideração da bancada.

O Sr. Deputado Lino de Carvalho (PCP) teceu críticas ao sistema instituído para o acesso ao ensino superior e para os exames finais do 12.º ano, acusando o Governo de não ter dado execução à deliberação da Assembleia.

A Sr.^a Deputada Isabel Castro (Os Verdes), além de também se ter insurgido contra a criação de exames nacionais para acesso ao ensino superior, chamou a atenção para a perseguição de que a minoria de ciganos de Oleiros continua a ser alvo.

O Sr. Deputado Jorge Ferreira (CDS-PP) apelou a que a Comissão Permanente vote o projecto de deliberação apresentado pelo PSD de forma a que se resolvam problemas dos alunos que se encontram a prestar provas, tendo ainda respondido a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado António Braga (PS).

O Sr. Deputado Silva Marques (PSD) condenou a forma como foram providos os cargos dirigentes na Assembleia da República, bem como a respectiva posição de voto no Conselho de Administração dos restantes partidos da oposição. No final, respondeu a protestos e a defesas da consideração dos Srs. Deputados Jorge Ferreira (CDS-PP) e Octávio Teixeira (PCP).

O Sr. Deputado Rui Vieira (PS) deu explicações à Comissão a propósito do assunto abordado pelo orador que o antecedeu, que voltou a usar da palavra em defesa da consideração.

O Sr. Deputado Miguel Macedo (PSD) referiu-se ao problema com que se debate a freguesia de Cabanelas relacionado com indivíduos de etnia cigana, tendo ainda respondido a um pedido de esclarecimento do Sr. Deputado António Braga (PS).

O Sr. Deputado Nuno Abecasis (CDS-PP) apelou a que o Governo cumpra a deliberação aprovada em Julho, atendendo a princípios de justiça para com os estudantes.

O Sr. Deputado José Junqueiro (PS) enalteceu o anteprojecto do Governo para o novo Plano Rodoviário Nacional.

Ordem do dia. — Foi discutido e aprovado o projecto de deliberação n.º 20/VII — Autoriza o funcionamento das comissões parlamentares fora do período normal de funcionamento da Assembleia da República (Presidente da AR), tendo-se pronunciado, além do Sr. Presidente, os Srs. Deputados Jorge Lacão (PS), Octávio Teixeira (PCP), Guilherme Silva (PSD), Isabel Castro (Os Verdes), Luís Marques Guedes (PSD), João Amaral (PCP) e Carlos Coelho (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a reunião eram 17 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 30 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Alberto de Sousa Martins.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Elisa Maria Ramos Damião.
João Rui Gaspar de Almeida.
Jorge Lacão Costa.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Manuel Santos de Magalhães.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmento e Castro.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.

Partido Social Democrata (PSD):

Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
João Bosco Soares Mota Amaral.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
José Augusto Santos da Silva Marques.
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
Manuel Castro de Almeida.
Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
Miguel Bentos Martins da Costa de Macedo Guedes.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Nuno Kruz Abecasis.

Partido Comunista Português (PCP):

João António Gonçalves do Amaral.
Lino António Marques de Carvalho.
Octávio Augusto Teixeira.

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Isabel Maria de Almeida e Castro.

ANTES DA ORDEM DO DIA

Srs. Deputados, sejam bem-vindos no reinício da actividade parlamentar depois das férias de Agosto — ainda não é o fim das férias.

Espero que tenham gozado umas férias retemperantes e que venham preparados e bem dispostos com vista a um ano parlamentar que, sem deixar de ser complexo, possa ser criativo e reforçativo do nosso prestígio e da nossa eficácia.

A matéria que hoje nos vai ocupar não é muito difícil nem muito morosa. Temos um período de antes da ordem do dia para o qual, por sugestão do Sr. Secretário, vos proponho a seguinte grelha, esperando obter o vosso consenso: para o PS, 14 minutos; para o PSD, 12 minutos; para o CDS-PP, 8 minutos; para o PCP, 7 minutos; para Os Verdes, 4 minutos. Estes tempos perfazem um total de 45 minutos, que é o que está estabelecido.

Pausa.

Como há concordância, passamos adiante.

Depois, terá lugar um período da ordem do dia para o qual, à falta de melhor entendimento, se propõe a grelha mínima, a grelha G, embora pense que nem sequer vai ser necessário tanto tempo porque a matéria que temos para discutir é tão sucinta que provavelmente não iremos gastar nem um terço desse tempo.

Entretanto, tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à leitura do expediente e para dar conta de alguns relatórios que têm de ser preliminarmente votados.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidos, os seguintes diplomas: proposta de lei n.º 55/VII — Valor mínimo das pensões regulamentares de invalidez e de velhice do regime geral de Segurança Social (ALRM), que baixou à 8.ª Comissão; proposta de lei n.º 56/VII — Antecipação da idade de reforma para a Bordadeira de Casa (ALRM), que baixou à 8.ª Comissão; proposta de resolução n.º 10/VII — Aprova, para ratificação, o Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados membros, por um lado, e a República da Letónia, por outro, e respectivos Anexos e Protocolos bem como a Acta Final com as Declarações, assinado no Luxemburgo, em 12 de Junho de 1995, que baixou às 2.ª e 9.ª Comissões; proposta de resolução n.º 11/VII — Aprova, para ratificação, o Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados membros, por um lado, e a República da Estónia, por outro, e respectivos Anexos e Protocolos bem como a Acta Final com as Declarações, assinado no Luxemburgo, em 12 de Junho de 1995, que baixou às 2.ª e 9.ª Comissões; proposta de resolução n.º 12/VII — Aprova, para ratificação, o Acordo Europeu que cria uma Associação entre as Comunidades Europeias e os seus Estados membros, por um lado, e a República da Lituânia, por outro, e respectivos Anexos e Protocolos, bem como a Acta Final com as Declarações, assinado no Luxemburgo, em 12 de Junho de 1995, que baixou às 2.ª e 9.ª Comissões; proposta de resolução n.º 13/VII — Aprova, para ratificação, o Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária entre a República Portuguesa e a República de Angola, assinado em Luanda, em 30 de Agosto de 1995, que baixou à 2.ª Comissão; proposta de resolução n.º 14/VII — Aprova, para ratificação, o Acordo Bilateral de Cooperação entre a República Portuguesa e a República de Angola no Domínio do Combate ao Tráfico Ilícito de Estupefacientes, Substâncias Psicotrópicas e Criminalidade Conexa, assinado em Luanda, em 30 de Agosto de 1995, que baixou à 2.ª Comissão; proposta de resolução n.º 15/VII — Aprova, para ratificação, o Tratado de Amizade, Boa Vizinhança e Cooperação entre a República Portuguesa e o Reino de Marrocos, assinado em Rabat, em 30 de Maio de 1994, que baixou à 2.ª Comissão; proposta de resolução n.º 16/VII — Aprova, para ratificação, a Convenção entre a Re-

pública Portuguesa e a República da Coreia para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Imposto sobre o Rendimento, assinada em Seul, em 26 de Janeiro de 1996, que baixou às 2.ª e 5.ª Comissões; projecto de lei n.º 207/VII — Altera a Lei n.º 21/92, de 14 de Agosto (Transforma a Radiotelevisão Portuguesa, E.P., em sociedade anónima) (CDS/PP), que baixou à 1.ª Comissão; projecto de resolução n.º 27/VII — Apreciação parlamentar da participação de Portugal no processo de construção da União Europeia durante o ano de 1995 (Comissão de Assuntos Europeus); projecto de deliberação n.º 20/VII — Autoriza o funcionamento das comissões parlamentares fora do período normal de funcionamento da Assembleia da República (Presidente da AR).

Entretanto, deram entrada na Mesa diversos requerimentos. Na Comissão Permanente de 18 de Julho: ao Gabinete do Primeiro-Ministro e aos Ministérios da Justiça e da Administração Interna, formulados pelo Sr. Deputado João Amaral; a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Lino de Carvalho; ao Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, formulado pelo Sr. Deputado Castro de Almeida; ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, formulado pelo Sr. Deputado Paulo Pereira Coelho; a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Manuel Oliveira; aos Ministérios da Educação e da Administração Interna, formulado pelo Sr. Deputado Paulo Portas; ao Ministério do Ambiente, formulado pela Sr.ª Deputada Isabel Castro; a diversos Ministérios e à Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Ferreira; ao Gabinete do Primeiro-Ministro e ao Ministério da Administração Interna, formulados pelo Sr. Deputado Duarte Pacheco; ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Carlos Luís.

No dia 23 de Julho: aos Ministérios do Ambiente e do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, formulados pelo Sr. Deputado Octávio Teixeira; ao Gabinete do Primeiro-Ministro, formulado pelo Sr. Deputado Arménio Santos; ao Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, formulado pela Sr.ª Deputada Fernanda Mota Pinto; a diversos Ministérios, formulados pelo Sr. Deputado Paulo Portas; a Sua Ex.ª o Sr. Presidente da Assembleia da República, formulado pelo Sr. Deputado Macário Correia.

Nos dias 24 e 25 de Julho: aos Ministérios da Economia, para a Qualificação e o Emprego, da Solidariedade e Segurança Social e do Ambiente, formulados pelos Srs. Deputados Rodeia Machado, Manuel Vargues e Heloísa Apolónia.

No dia 30 de Julho: ao Ministério da Saúde, formulado pela Sr.ª Deputada Fernanda Costa; ao Ministério da Educação, formulado pelo Sr. Deputado Castro de Almeida; ao Gabinete do Primeiro-Ministro, a diversos Ministérios e à Secretaria de Estado da Indústria e Energia, formulados pelo Sr. Deputado Roleira Marinho; à Direcção de Estradas de Aveiro, formulado pelo Sr. Deputado Manuel Alves de Oliveira; ao Ministério para a Qualificação e o Emprego, formulado pela Sr.ª Deputada Odete Santos; ao Ministério da Economia, formulado pelo Sr. Deputado Ismael Pimentel; à Secretaria de Estado da Administração Educativa, formulado pelo Sr. Deputado Nuno Correia da Silva; ao Ministério da Cultura, formulado pela Sr.ª Deputada Maria José Nogueira Pinto; aos Ministérios da Ciência e Tecnologia e da Educação, formulados pelo Sr. Deputado Sílvia Rui Cervan; a diversos Ministérios, formulados pela Sr.ª Deputada Isabel Castro.

No dia 16 de Agosto: ao Governo e aos Ministérios da Defesa Nacional e da Cultura, formulados pelo Sr. Deputado Macário Correia; aos Ministérios da Economia, do Ambiente, da Saúde e da Educação, formulados pelo Sr. Deputado Castro de Almeida; ao Ministério das Finanças, formulado pelo Sr. Deputado Luís Marques Mendes; ao Ministro Adjunto, formulado pelo Sr. Deputado Lalandia Gonçalves; a diversos Ministérios, formulados pelos Srs. Deputados João Carlos Duarte e Paulo Portas; à Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território e a diversos Ministérios, formulados pelos Srs. Deputados Sílvia Rui Cervan e Jorge Ferreira; aos Ministérios para a Qualificação e o Emprego e da Economia, formulados pelos Srs. Deputados Nuno Correia da Silva e António Filipe; ao Ministério da Educação, formulados pela Sr.ª Deputada Luísa Mesquita; aos Ministérios do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, do Ambiente e da Administração Interna e à Câmara Municipal de Tarouca, formulados pelos Srs. Deputados Ruben de Carvalho e Isabel Castro.

No dia 23 de Agosto: ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Paulo Pereira Coelho; à Secretaria de Estado da Juventude, formulado pelo Sr. Deputado Bernardino Soares.

No dia 30 de Agosto: ao Governo, formulado pelo Sr. Deputado Pedro Passos Coelho; aos Ministérios do Ambiente e do Equipamento, Planeamento e da Administração do Território, formulados pelo Sr. Deputado Jorge Roque Cunha.

O Governo respondeu a requerimentos apresentados pelos seguintes Srs. Deputados: no dia 18 de Julho — Manuel Strecht Monteiro, na sessão de 25 de Janeiro; Isabel Castro, no dia 15 de Fevereiro; Heloísa Apolónia, na sessão de 15 de Março; Lino de Carvalho, Fernando Pedro Moutinho, Octávio Teixeira, Luísa Mesquita, Pinto Simões e Falcão e Cunha, nas sessões de 11 de Abril, 16 e 22 de Maio e 19 de Junho; Joel Hasse Ferreira, na sessão de 24 de Abril; Francisco José Martins, na sessão de 8 de Maio; Manuela Aguiar, nas sessões de 9, 15 e 30 de Maio; Costa Pereira, na sessão de 23 de Maio; António Ramos e Roleira Marinho, na sessão de 5 de Junho; Filomena Bordalo, na sessão de 12 de Junho; António Filipe, na sessão de 2 de Julho; Acácio Roque, na sessão de 5 de Julho.

No dia 19 de Julho — Ismael Pimentel, na sessão de 12 de Julho.

No dia 22 de Julho — Fernando Pedro Moutinho, nas sessões de 1 de Janeiro, 18 de Abril, 16 de Maio e 5 de Junho; Isabel Castro, no dia 30 de Janeiro e nas sessões de 2 de Fevereiro, 11 e 17 de Abril e 30 de Maio; Roleira Marinho, nas sessões de 14 de Março e 10 de Maio; Heloísa Apolónia, na sessão de 15 de Março; José Calçada, na sessão de 12 de Abril; Álvaro Amaro, na sessão de 17 de Abril; Mota Amaral, na sessão de 26 de Abril; Rui Solheiro, na sessão de 15 de Maio; Luísa Mesquita, na sessão de 22 de Maio; Fernando Jesus, na sessão de 30 de Maio; Gonçalo Ribeiro da Costa, na sessão de 31 de Maio; Macário Correia, na sessão de 4 de Junho; Jorge Roque Cunha, na sessão de 12 de Junho; Castro de Almeida, na sessão de 26 de Junho; Helena Roseta, na sessão de 2 de Julho; Fernando Pereira, na sessão de 5 de Julho.

No dia 23 de Julho — António Martinho, na sessão de 4 de Janeiro; Luísa Mesquita, na sessão de 15 de Março; Carlos Encarnação, na sessão de 24 de Abril; Isabel Castro, nas sessões de 24 de Abril e 23 de Maio; Castro de

Almeida, no dia 14 de Maio; Carlos Marta, na sessão de 29 de Maio; Lino de Carvalho, na sessão de 19 de Junho.

No dia 24 de Julho — Lino de Carvalho, na sessão de 3 de Julho.

No dia 25 de Julho — Jovita Matias, na sessão de 27 de Março; Octávio Teixeira, na sessão de 22 de Maio; Maria Amélia Antunes, na sessão de 23 de Maio; Macário Correia, nas sessões de 22 de Maio e 20 de Junho.

No dia 29 de Julho — Acácio Roque, na sessão de 21 de Março; Nuno Correia da Silva, na sessão de 22 de Maio; Fernando Pedro Moutinho, na sessão de 23 de Maio; António Rodrigues, nas sessões de 30 de Abril e 29 de Maio; Roleira Marinho e Isabel Castro, na sessão de 24 de Maio; Costa Pereira, na sessão de 29 de Maio; Francisco José Martins, na sessão de 30 de Maio; Jorge Ferreira, na sessão de 5 de Julho; Duarte Pacheco, na Comissão Permanente de 18 de Julho.

No dia 30 de Julho — Rodeia Machado, na sessão de 15 de Março; Costa Pereira, nas sessões de 23 e 29 de Maio.

No dia 2 de Agosto — Lino de Carvalho, nas sessões de 15 de Novembro e 11 de Julho; João Amaral, na sessão de 2 de Fevereiro; Gonçalo Ribeiro da Costa, na sessão de 17 de Maio; Filomena Bordalo, na sessão de 24 de Maio; Arnaldo Homem Rebelo, no dia 28 de Maio; Sílvia Rui Cervan, no dia 28 de Maio e na sessão de 4 de Julho; Roleira Marinho, na sessão de 5 de Junho; Castro de Almeida, no dia 18 de Junho; Macário Correia, na sessão de 2 de Julho; Nelson Baltazar, na sessão de 12 de Julho.

No dia 12 de Agosto — Roleira Marinho, na sessão de 12 de Junho; Lino de Carvalho, na sessão de 19 de Junho; António Vairinhos, na sessão de 4 de Julho; Manuel Moreira, na sessão de 12 de Julho.

No dia 19 de Agosto — Filomena Bordalo, na sessão de 21 de Junho; Roleira Marinho, na sessão de 25 de Junho.

Finalmente, nos dias 2 e 3 de Setembro — António Filipe, na sessão de 15 de Maio; Fernando Pedro Moutinho, na sessão de 16 de Maio.

Sr. Presidente, passarei agora a ler o pedido de renúncia ao mandato do Sr. Deputado Nunes Liberato. «José Manuel Nunes Liberato, Deputado do Partido Social Democrata, eleito pelo círculo eleitoral de Leiria, vem, ao abrigo do n.º 1 do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, apresentar a renúncia ao mandato de Deputado, a partir desta data (1 de Setembro de 1996)».

Sr. Presidente, há também um parecer da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, de 24 de Julho de 1996, no sentido de admitir a retoma de mandato, em 16 de Julho, inclusive, do Sr. Deputado Jorge Roque Cunha, nos termos do artigo 6.º, n.º 1 e 2, do Estatuto dos Deputados, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais, cessando José Júlio Ribeiro.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo inscrições, vamos votar.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, o Sr. Secretário vai ainda dar conta de um relatório da mesma Comissão.

O Sr. Secretário (Artur Penedos): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O relatório diz respeito à reunião da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades

e Garantias, realizada no dia 3 de Setembro de 1996, e é relativo à retoma de mandato e à substituição de diversos Deputados:

Retoma de mandato de Deputado nos termos do artigo 6.º, n.º 1 e 2 do Estatuto dos Deputados, a partir de 1 de Setembro inclusive: Carlos Beja, cessando Vital Moreira; Filomena Bordalo, cessando Jorge Moreira da Silva.

Substituição de Deputado nos termos do artigo 7.º do Estatuto dos Deputados, com início em 1 de Setembro inclusive: Nunes Liberato por António José Barradas Leitão.

Substituição de Deputado nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea b), do Estatuto dos Deputados, por um período não inferior a 45 (quarenta e cinco) dias, com início a 1 de Setembro inclusive: António José Barradas Leitão por José Gonçalves Sapinho.

Substituição de Deputado nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea c), do Estatuto dos Deputados, por um período não inferior a 45 (quarenta e cinco) dias, com início a 12 de Agosto inclusive: Sérgio Ávila por José Maria Teixeira Dias.

Substituição de Deputado nos termos do artigo 5.º, n.º 2, alínea d), do Estatuto dos Deputados, por um período não inferior a 45 (quarenta e cinco) dias, com início em 1 de Setembro inclusive: Ricardo Castanheira por Vital Moreira.

A Comissão emitiu parecer no sentido de admitir as retomas de mandato e as substituições dos Deputados, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está em apreciação. Não havendo inscrições, vamos votar o parecer.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, vamos entrar propriamente no período de antes da ordem do dia para o qual se inscreveram os Srs. Deputados Carlos Coelho, António Braga, Silva Marques, José Junqueiro e Miguel Macedo.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Todos sabemos da importância do 12.º ano e, na sequência das decisões que o Governo tomou e que já foram apreciadas nesta Assembleia da República, da relevância neste ano e a partir deste ano lectivo das classificações obtidas nos exames finais do 12.º ano para efeitos de ingresso no ensino superior. Sabemos também dos problemas que rodearam a primeira fase desses exames, problemas graves que levaram a Assembleia da República, através da sua Comissão Permanente, a requerer a presença do Sr. Ministro da Educação nesta Sala, concluindo por uma deliberação, aprovada por unanimidade, em que a Assembleia da República deu o seu contributo para minorar as consequências negativas que resultaram para os estudantes das irregularidades verificadas no processo de exames.

Na altura, o PSD congratulou-se pela circunstância de o seu projecto de deliberação ter merecido a unanimidade desta Comissão Permanente mas nem esta circunstância levou o Governo a corresponder ao apelo da Assembleia da República. Com efeito, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Governo apenas acatou parcialmente as recomendações da Assembleia da República, o que cria uma situação complicada e injusta relativamente à qual não podemos ficar indiferentes.

No exacto momento em que estamos reunidos nesta Sala, perto de 80 000 estudantes portugueses estão a fazer os exames da época de Setembro, a maior parte deles a tentarem melhoria de nota, convencidos de que, depois da deliberação que esta Assembleia aprovou, essa melhoria de nota terá relevância para efeitos de ingresso no ensino superior. Ora, o que acontece é que o Governo não deu sequência ao último ponto da recomendação que aprovámos em Julho passado e, na maior parte dos casos, será completamente inútil o esforço que estes 80 000 estudantes portugueses estão a fazer neste momento pois das avaliações que resultarem da época de Setembro nenhuma relevância ocorrerá em termos de ingresso no ensino superior.

Não temos de fugir às coisas, tal como elas são. Não pode acontecer esta desigualdade de oportunidades: um estudante, na primeira fase, com média de 15 valores, entrar no ensino superior e, agora, um outro estudante, que, em sede de melhoria de nota, obtém a média de 16, 17, 18 valores ou uma classificação superior, ficar privado do acesso ao ensino superior porque a primeira fase esgotou as vagas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Depois da aprovação da resolução, a Assembleia da República não pode permitir que se crie essa desigualdade. A mesma unanimidade que recolhemos em Julho ao recomendar ao Governo um determinado procedimento deve ser reconstruída agora para tentar assegurar que essa desigualdade não subsista. Não podemos permitir que alunos com piores classificações entrem no ensino superior e que outros, com melhores classificações, fiquem à porta da universidade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que vamos entregar na Mesa um projecto de deliberação, que peço ao Sr. Presidente faça distribuir por todas as bancadas. Estamos disponíveis para o enriquecer com o contributo de todos e, como o Sr. Presidente e os Srs. Deputados bem saberão, a sua votação, na sessão de hoje, carece do consenso de todas as bancadas.

Com este projecto de deliberação não se pretende inovar nada relativamente ao quadro legal existente, pois a lei portuguesa já permite que, nos casos em que existam irregularidades na fase de concurso, sejam criadas vagas adicionais para que os estudantes não fiquem prejudicados.

Entendemos, portanto, que o que a Assembleia da República e designadamente esta Comissão devem fazer, na sequência da deliberação que aprovámos em Julho por expressiva unanimidade, é dizer exactamente isso ao Governo, ou seja, recomendar que, em nome da igualdade de oportunidades e da justiça no concurso de ingresso no ensino superior, se aplique o disposto na portaria n.º 241/96, de 4 Julho, e que todos aqueles que, agora, na época de Setembro, tiverem melhor nota do que os que entraram na primeira fase, se socorram do disposto no artigo 41.º dessa portaria e sejam criadas as vagas adicionais, de forma a que estes estudantes não fiquem privados da justa e necessária entrada no ensino superior.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O projecto de deliberação que o Sr. Deputado Carlos Coelho acaba de anunciar deu já en-

trada na Mesa e é o n.º 21/VII — Recomenda ao Governo que proceda à criação de vagas adicionais no ensino superior na sequência da deliberação n.º 18-CP/96, da Comissão Permanente da Assembleia da República (PSD). Vai ser fotocopiado e distribuído por todas as bancadas por forma a que quando os Srs. Deputados usarem da palavra já possam tomar em conta o seu conteúdo. Por isso mesmo, se não me levam a mal, faria uma ligeiríssima pausa para que a tal se proceda.

Pausa.

Entretanto, informo que, ontem, na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, foi prevista uma reunião da Comissão Permanente para o próximo dia 12 com a seguinte ordem de trabalhos: discussão e votação da antecipação do início da 2.ª sessão legislativa da VII Legislatura; debate com o Sr. Ministro da Educação a propósito do início do ano escolar. O tempo atribuído é o correspondente à grelha E.

Vou assinar esta proposta e mandá-la distribuir. Entretanto, será comunicado aos membros ausentes da Comissão Permanente que esta reunirá no próximo dia 12.

Como sabem, no dia 19 realiza-se uma reunião ordinária, mas essa não precisa de convocatória.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, embora ainda não nos tenha chegado o projecto de deliberação do PSD, gostaria desde já de dizer que a nossa posição de princípio sobre ele é no sentido de que o seu anúncio não foi feito com a antecedência adequada e que, portanto, de acordo com o Regimento, não o deveremos votar hoje. Votá-lo-emos na próxima reunião da Comissão Permanente, como é, aliás, regular.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — A antecedência vem desde Julho!

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa em sentido próprio.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, não entendo bem este compasso de espera. Neste momento está a decorrer o período de antes da ordem do dia e para ele há uma ordem de inscrições. Assim, pergunto à Mesa e ao Sr. Presidente de que é que se está à espera para se prosseguir o período de antes da ordem do dia.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, tem toda a razão, só que, uma vez que se introduziu aqui um elemento de imprevisão, eu quis eliminá-lo. Mas tem toda a razão, formalmente é assim. Bom, mas o projecto já está distribuído e está eliminado o factor surpresa. De qualquer forma, tem toda a razão, Sr. Deputado.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É bem verdade que o início do ano lecti-

vo é um momento importante, não só para as escolas, para os alunos e para as famílias, mas naturalmente para todo o país. Nesse sentido, gostaria de saudar, neste momento, a tranquilidade com que este ano lectivo está a ser iniciado, pois penso que é importante que a Assembleia da República o note.

Vozes do PSD: — Não fale antes do tempo, Sr. Deputado!

O Orador: — Se o PSD gosta de comparações, sair-se-á mal se as fizer neste domínio. Não gostaríamos de entrar nesse caminho, justamente no momento em que o sistema educativo está pacificado e que as soluções se encontram em momento de resolução, graças a um grande esforço de concertação que se fez ao longo deste ano com todos os agentes que intervêm no sistema educativo, dos professores ao país e, inclusivamente, aos próprios funcionários, que são também um suporte importante do funcionamento da administração escolar e do sistema educativo em geral.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por isso, a intervenção que o PSD aqui hoje nos traz veio demonstrar a sua menor boa fé, para não a apelidar de outra maneira, quando aqui, na última reunião desta Comissão, nos apresentou uma proposta de recomendação ao Governo. O PSD não quer, intrinsecamente, ajudar a resolver a situação que, na altura, se constatou existir, mas sim utilizá-la como forma de esgrima política, que quis agora aqui, de novo, ressuscitar.

E isso demonstra-se com uma facilidade extraordinária: é que, de toda essa recomendação, foi buscar a única parte de que obviamente se discordava e, inclusivamente por parte do discurso do Grupo Parlamentar do PS, se verificava impossível de realizar. O PS sempre disse discordar da forma como o sistema educativo se encontrava e ainda se encontra organizado, bem como da forma como as escolas foram geridas politicamente nos últimos anos de governação do PSD, mas não quis introduzir factores de perturbação essencial que pudessem aumentar os estragos que já se verificam no sistema educativo. Por isso, a estabilidade e, nomeadamente, a manutenção das regras para todos de forma igual é um ponto de honra que este Governo quer ter. E não se pode depois dizer que houve irregularidades que levaram aos resultados que se verificaram. Como se viu e se sabe, não foi o facto de haver as ditas gralhas nos exames — que nós aqui condenámos com veemência e para o que, aliás, exigimos o apuramento de responsabilidades, que está a ser feito — que se obtiveram os resultados que tivemos. É uma situação mais profunda, que tem a ver com a existência do sistema educativo em si e com soluções que não são imediatistas, mas que têm de ser estudadas, que se prendem com todo o universo do sistema educativo e não, pontualmente, com uma qualquer medida de panaceia que possa parecer milagreira.

Nesse sentido, Sr. Presidente, a nossa posição tem a ver exactamente com este momento de tranquilidade que queremos manter no sistema educativo e, quanto à solução que o PSD aqui nos traz de supetão, para que eventualmente pudéssemos aceitar a metodologia que nos propõe, não há qualquer condição de garantir essa tranquilidade e, muito menos, a condição de poder conseguir esse objectivo. O objectivo da igualdade foi conseguido no momento da prova e o objectivo de permitir que fossem avaliados

verdadeiramente os alunos foi conseguido com a prova de exame que foi realizada. Os resultados poderão ser objecto de uma reflexão, e estamos disponíveis para a fazer, mas não podemos daí tirar a ilação de que é por causa disso que haverá necessariamente condições de desigualdade no acesso ao ensino superior.

Um outro momento importante que também nos apraz salientar é o facto de o Sr. Ministro da Educação, justamente no início deste ano lectivo, já se ter disponibilizado junto desta Assembleia e dos Deputados da Comissão respectiva, neste caso até por deliberação posterior da própria Comissão Permanente, em vir à reunião da Comissão Permanente no próximo dia 12, para nos dar não só todos os esclarecimentos sobre o início do ano lectivo que agora se avizinha mas também explicar-nos a envolvimento consequente aos resultados das candidaturas de acesso ao ensino superior.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, certamente que da parte do PS não virá qualquer elemento que perturbe aquilo que se conquistou duramente ao longo destes meses, ou seja, a paz na academia. Essa paz que se conquistou não pode ser posta em causa e muito menos o PSD tem condições morais para o fazer, pois sabe que foi ele quem ateou todos os fogos no sistema educativo. Foi o PSD e o seu Governo que criaram as condições de instabilidade que demoraram todo este tempo a apaziguar e resolver, não com um discurso fácil, mas com um trabalho árduo de negociação, de contratualização e de propostas construtivas, atendendo aos interesses de todo o sistema educativo e, antes de mais, do desenvolvimento de Portugal e dos nossos alunos, para que tenhamos um sistema educativo eficaz e com qualidade, que nos permita ter esperança no futuro e para que os jovens façam uma verdadeira aprendizagem.

Por isso, Sr. Presidente, este momento de saudação do meu grupo parlamentar prende-se também com um desafio à Assembleia da República, no sentido de termos consciência de que só com um sistema educativo tranquilo e com leis e regras claras e estáveis poderemos levar a bom porto a tarefa educativa, que é de todos nós, com mais ou menos ênfase.

Aplausos do PS.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da honra da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado António Braga pôs em causa a boa fé da bancada parlamentar do PSD e eu, no sentido estrito da figura regimental, peço a palavra para defesa da consideração.

Creio que poderemos discutir a boa fé de muita gente, desde logo a daqueles que declaram querer exames para melhoria de nota e depois quererem que esses exames sejam inúteis para efeito de ingresso no ensino superior.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Se alguém tem legitimidade para pôr em causa a boa fé somos nós relativamente ao comportamento daqueles que declararam querer exames como instância de melhoria de nota e depois, passivamente, aceitam que a consequência desse exame é igual a zero.

Vozes do PSD: — Uma vergonha!

O Orador: — Também não somos nós que queremos pôr em causa a boa fé do Grupo Parlamentar do PS, porque até achamos que foi de boa fé que aprovou por unanimidade, em Julho, o projecto de deliberação que apresentámos.

Vozes do PS: — Claro!

O Orador: — No entanto, não é de boa fé fazer os comentários que o Sr. Deputado António Braga acabou de fazer, que resultam sobretudo do embaraço com que o PS está confrontado porque a bancada que suporta o Governo aprovou uma recomendação que este não acatou.

Aplausos do PSD.

Ou seja, o PS aprovou uma deliberação e o Governo não só descurou aquilo que a Assembleia lhe recomendou como nem sequer atendeu à circunstância de essa recomendação também ter sido viabilizada com os votos favoráveis da própria bancada parlamentar que sustenta o Governo.

Sr. Deputado António Braga, há ainda uma outra contradição: o Partido Socialista passa a vida, no seu discurso político, a acusar o PSD de apenas criticar e nunca fazer propostas.

O Sr. José Junqueiro (PS): — É uma evidência!

O Orador: — Em Julho, apresentámos propostas concretas para resolver o problema, que os senhores criaram, dos exames e agora, mais uma vez, estamos a apresentar propostas concretas para tentar minorar as circunstâncias que decorrem de o Governo não ter acatado integralmente a recomendação da Assembleia da República. Então, é a nós, Sr. Deputado António Braga, que é dirigida a acusação de falta de boa fé? Seguramente que não! Há aqui má fé de quem diz uma coisa, mas parece querer outra!

Sr. Deputado António Braga, sejamos claros: nós apresentámos este projecto de deliberação com a exacta consciência daquilo que eu disse na intervenção, ou seja, de que é necessário o consenso de todas as bancadas para que este diploma seja votado ainda hoje. Comecei por pedir o consenso de todas as bancadas, com o à-vontade de dizer que estamos na disposição de, em diálogo, Sr. Deputado António Braga, repito, em diálogo...

O Sr. António Braga (PS): — Seja bem-vindo!

O Orador: — ... parlamentar, enriquecer o texto, melhorá-lo, se for caso disso, para que possa ser hoje aprovado. Porque, Sr. Deputado, neste momento estão a desenrolar-se os exames, pelo que é esta a altura para que qualquer deliberação nossa tenha consequência. Se os senhores inviabilizarem a aprovação deste projecto de deliberação com base em razões formais, respeitáveis, mas que não passam de razões formais, estão a assumir uma grande responsabilidade perante os 80 000 estudantes portugueses que estão a fazer exames neste momento e em relação aos quais é justo não vedar as expectativas legitimamente criadas pela deliberação da Assembleia da República aprovada na reunião da Comissão Permanente de 18 de Julho.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Coelho, antes de mais, quero dizer-lhe com total clareza que se o PSD pretendia dialogar com alguém não apresentava agora o projecto de deliberação.

Protestos do PSD.

Não foi agora que o PSD se lembrou dessa proposta.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Devia tê-lo feito ontem ou, no máximo, hoje de manhã. Isto porque se trata de soluções técnicas...

O Sr. José Magalhães (PS): — Claro!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Técnicas?!

O Orador: — ... que não podem ser resolvidas sem antes haver um conhecimento profundo. É preciso ouvir o Governo, é preciso conhecer as condições reais. O Sr. Deputado sabe o que propõe?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sei!

O Orador: — Com essa sua teoria, propõe praticamente a abolição de *numerus clausus*.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não senhor!

O Orador: — Verifique, então.

Se, de facto, queriam esta discussão e se estavam de boa fé para obter o consenso do Partido Socialista no sentido de, eventualmente, estar disponível para caminhar nessa solução, não podiam ter apresentado o projecto no momento em que se iniciam os trabalhos, aliás no final da sua intervenção. O que nós dizemos não é um argumento formal, evidentemente que tem sustentação no Regimento. Aliás, o Sr. Deputado Silva Marques socorreu-nos, e muito bem, ao dizer que fez o Regimento para protegê-lo o Governo, mas não era, nem é, esse o nosso caso, uma vez que nós não estamos a proteger ninguém.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não? Mas olhe que parece!

O Orador: — Não! Nós, com coerência e sem precipitações, vamos ponderar adequadamente uma medida desta natureza, pelo que não podemos decidir agora, de supetão, votar o projecto de deliberação. Está marcada para o próximo dia 12 uma reunião da Comissão Permanente com a presença do Sr. Ministro da Educação e nessa altura — diz, e bem, o Sr. Deputado José Junqueiro que os senhores não querem ouvir novamente o Sr. Ministro —, com profundidade, poderemos fazer essa discussão.

Protestos do PSD.

Quanto à que eu qualifiquei de menor boa fé, devo dizer que não usei outro atributo porque não quis ofendê-lo a si directamente nem ao seu grupo parlamentar, mas repare que a recomendação que aqui aprovámos na última Comissão Permanente foi cumprida na totalidade.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Não foi!

O Orador: — Foi. Nós dissemos aqui com clareza que aquele ponto era supérfluo, redundante, e que havia todas as condições para, num quadro de tranquilidade e de permanência das regras, se cumprir a igualdade em termos de acesso ao ensino superior.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Esse ponto era essencial!

O Orador: — Foi o que dissemos.

Os senhores partem do princípio de que as ditas gralhas é que condicionaram a execução e o resultado final dos exames. É um erro científico e pedagógico que os senhores dizem, e não somos só nós que o afirmamos. Qualquer pedagogo elementar diz que as gralhas eram iguais para todos os alunos e que não têm a ver com o conteúdo, em termos de resultado final.

Protestos do PSD.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Então, vivam as gralhas!

O Orador: — A questão técnica que os senhores querem colocar não é possível ser resolvida aqui. Daí que tenhamos dito...

Protestos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, não estou em posição de intervir sempre que queira porque não tenho luz e sem luz não se intervém. Em todo o caso, peço-lhes que mantenham a serenidade necessária porque se não se deixarem ouvir uns aos outros eu próprio vejo-me aflito para saber o que está a ser dito.

O Orador: — Sr. Presidente, se V. Ex.^a entender que me devo calar para se ouvirem os ataques feitos em aparte, eu calar-me-ei.

O Sr. Presidente: — Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: — Sr. Presidente, termino dizendo, com toda a clareza e veemência, que não aceitamos decidir precipitadamente. Trata-se de uma matéria que mexe com muita gente, com muitos interesses, legítimos, dos alunos e que mexe com direitos.

Por isso, Sr. Presidente, na próxima reunião da Comissão Permanente, tomaremos uma deliberação sobre esta matéria.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Não havendo consenso, o projecto de deliberação apresentado PSD não será discutido hoje, mas será agendado para a próxima reunião da Comissão Permanente.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: São publicamente conhecidas as posições profundamente críticas do PCP em relação ao sistema que foi instituído para o acesso ao ensino superior público e para os exames finais do 12.º ano — dissemo-lo muito tempo antes de acontecer o que aconteceu em Julho.

Recordo que, em Março, quando esta questão veio a público, quando o Governo enunciou as medidas que iria

adoptar, tivemos oportunidade de, na altura, em conferência de imprensa, chamar a atenção de que o sistema proposto poderia e iria seguramente ser fonte de grande confusão e de grandes injustiças. Infelizmente, a vida veio dar-nos razão, numa dimensão porventura superior à que previmos em Março passado.

Mas nós não fizemos só críticas, acompanhámo-las com um conjunto de propostas sérias, inovadoras, para procurarmos iniciar um caminho complexo mas que resolvesse de vez esta questão do acesso ao ensino superior público. Foi nesse quadro que interviemos no debate da Comissão Permanente que deu lugar à deliberação aqui aprovada por unanimidade. Porém, até ao momento não tivemos uma informação clara sobre a forma como a deliberação, aqui aprovada, tem sido executada e de algum modo apercebemo-nos que a sua execução está longe de corresponder ao sentido com que foi aqui aprovada por unanimidade.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Também estamos profundamente preocupados com a forma como irá decorrer a segunda fase dos exames e com os respectivos resultados. Penso que todos estaremos de acordo que não se podem criar novas situações de injustiça relativa neste quadro, designadamente algumas que já foram aqui trazidas, como o facto de haver alunos que, na segunda fase, tenham notas superiores, no âmbito de melhoria de nota, para entrar no ensino superior e não o conseguirem, porque entretanto as vagas estão «tapadas» por causa do *numerus clausus*.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É preciso debater e é preciso resolver esta questão num quadro de justiça, no sentido de dar resposta a legítimas expectativas criadas pelos alunos e pelo próprio sistema, quando criou a possibilidade de, na segunda época, haver exames para melhoria de notas.

Nesse sentido, Sr. Presidente, embora já inviabilizado pela posição negativa do PS, estamos disponíveis para dar consenso no sentido de que, de imediato, o projecto de deliberação seja debatido e votado.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a Isabel Castro (Os Verdes): — Sr. Presidente, em relação à questão suscitada pela apresentação do projecto de deliberação do PSD, gostava de dizer que aquilo que estamos a analisar são sucessivas consequências de uma visão em nosso entender desastrosa de criação de exames nacionais como forma de constatação e de avaliação da capacidade ou não dos alunos para acesso ao ensino superior.

Por outro lado, parece-me que o que hoje estamos a discutir não é consequência de gralhas ou lapsos, não são questões circunstanciais ou de pormenor, mas, sim, o resultado de um sistema, da forma como ele funcionou, como ele foi pensado pelo PSD e como o PS, no tocante a esta questão — a avaliação —, o subscreveu inteiramente como seu, independentemente de na altura o Sr. Ministro da Educação ter assumido, de consciência plena, de que este não era um ano que garantisse que, numa perspectiva que não é a nossa, estes exames pudessem ser levados por diante.

Portanto, estas são consequências de consequências que em devido tempo criticámos e que têm implícita uma visão que não é nossa, porque também não subscrevemos a opinião de que deve existir um torniquete, com o nome *numerus clausus*, que impeça os alunos de terem acesso ao ensino superior.

Dito isto, não obstaculizaremos este projecto de deliberação, não querendo, no entanto, deixar de dizer que, para tanto consenso, esta questão poderia perfeitamente ter sido equacionada ontem, evitando-se, assim, palavras.

De qualquer modo, utilizaria os 2 minutos que nos restam do tempo que nos foi atribuído por este Regimento — o qual, como o Sr. Deputado Silva Marques bem lembrou, foi feito por uma maioria para impedir que os outros tivessem a possibilidade de intervir, não se tratando propriamente um Regimento democrático, razão pela qual contra ele votámos — para abordar outra questão, dado que esta pode ser trazida de novo à discussão, com a informação que o Ministério não deu, em reunião próxima com o Sr. Ministro da Educação.

Gostaria, pois, também de chamar a atenção da Assembleia da República para a perseguição de que a minoria de ciganos de Oleiros continua a ser alvo.

Temos dito muitas vezes, sendo que não é uma posição subscrita por outras bancadas, que o racismo e a intolerância, entre nós, não são uma ficção, são uma realidade. Há quem queira tapar a realidade e dizer que somos um País de brandos costumes. Não o somos. Hoje, o desenvolvimento dos acontecimentos relativos a esta população indiciam que, numa outra freguesia, em Cabanelas, pais se preparam para impedir que seus filhos frequentem a escola juntamente com crianças ciganas. Penso que sobre esta matéria, que é por demais grave, é tempo de a Assembleia dizer alguma coisa e de o Governo fazer pedagogia e também aqui pacificar, porque o silêncio também é cúmplice da intolerância e meras declarações de circunstância, como temos ouvido por parte do Governo, são, quanto a nós, vergonhosas.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não é necessariamente agora o momento de reeditar o debate sobre as regras de acesso ao ensino superior em Portugal — ele é necessário, mas pensamos que não é a melhor altura para o fazer —, mas é o momento de tentar acabar de resolver uma das tantas tragédias que têm acontecido no sistema de ensino e que se relaciona com o que sucedeu nos exames do Verão.

Recordo que a Assembleia da República, num raro momento de unanimidade em torno de problemas da educação — e isso tem um significado político que espero que hoje não saia desvalorizado —, achou por bem fazer uma recomendação ao Governo no sentido de resolver não os problemas essenciais do acesso ao ensino superior mas uma das más consequências do sistema que existe e do que sucedeu na preparação dos exames.

Pensámos que essa unanimidade tinha sido um bem para o sistema de ensino e um bom augúrio para as mudanças de que o sistema educativo continua a necessitar e para os debates que ainda havemos de fazer sobre essa matéria, mas, estranhamente, parece não ser assim.

Espanta-me bastante verificar que o Partido Socialista tenha dado o seu acordo há dois meses a uma solução e hoje, aparentemente, recuse completar a construção da solução com que concordou.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Isso é um equívoco!

O Orador: — Isso espanta-me, e porventura essa mudança de atitude terá mais a ver com a estabilidade interna do Governo do que propriamente com a questão substantiva que, penso, deveria preocupar todos nós mais do que essa questão interna do Governo. Mais uma vez, os jovens portugueses serão, neste caso, vítimas de problemas que não lhes dizem respeito e os seus continuarão por resolver. Não faz sentido criar uma nova possibilidade de fazer novos exames e não dar sentido útil às classificações que os jovens obtenham nesses exames. Isso será a segunda fase da tragédia e não a segunda fase dos exames.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — É mau! É mau para os jovens, é mau para o sistema, é mau para o País!

Independentemente de não ser o procedimento convencional aquele que hoje o Grupo Parlamentar do PSD aqui propõe quanto ao agendamento, de resto já inviabilizado pelo Grupo Parlamentar do PS, deste projecto de deliberação, o meu grupo parlamentar estaria disposto a viabilizar a sua votação, uma vez que nos parece que ele não é mais do que a concretização de uma deliberação da Assembleia da República que, porventura, foi incompleta, não explicitou todas as consequências que deveria ter explicitado, e, aí, a responsabilidade é de todos os grupos parlamentares que a discutiram, votaram e aprovaram na reunião da Comissão Permanente.

Por isso, pensávamos que não viria mal ao mundo se este projecto de deliberação fosse discutido e votado hoje aqui. Lamentavelmente, parece que isso não vai ser possível e se vai inutilizar o que se conseguiu há dois meses, o que, do nosso ponto de vista, é muito mau para o sistema educativo e será, seguramente, uma grande desilusão para milhares de jovens, que pensaram que a Assembleia da República e o Governo, apoiado nessa ajuda construtiva, positiva e certamente desinteressada do ponto de vista político-partidário, até pelo carácter da decisão que aqui foi tomada, lhes tinham arranjado uma solução, que, afinal, não vai ser verdadeira e possível.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Ferreira, perdoar-me-á que comece por lhe dizer que, em matéria de estabilidade ou de desestabilização, estamos falados. Em rigor, o PP nada pode dizer, e se olhar para o seu lado, é capaz de verificar que ela não está no PS nem no Governo...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Olha a gracinha!

O Orador: — Foi o Sr. Deputado que falou nisso, não fomos nós. O Sr. Deputado tem de perceber que nós também entendemos o que se passa nos outros... Não são apenas os outros que eventualmente têm leituras subjectivas do que se passa na nossa casa.

Em relação ao essencial da questão, quero deixá-lo claro, porque o Sr. Deputado Jorge Ferreira trouxe aqui uma ideia completamente errada.

Em primeiro lugar, o Partido Socialista aderiu na altura à iniciativa tomada, fê-lo aqui com toda a consciência, percebendo que estava em jogo a recomendação de unanimidade da Assembleia da República, e entende que ela está a ser cumprida rigorosamente nos termos em que foi aprovada.

Entretanto, não nos pronunciámos sobre a substância da proposta que o PSD apresentou aqui hoje, simplesmente dissemos que se trata de uma matéria que aborda questões muito delicadas e importantes, pelo que não pode ser decidida em cima do joelho. E o que dissemos foi que queremos debater isso com profundidade e nós, Grupo Parlamentar do PS, queremos conhecer em profundidade todos os dados. Não sabemos se, de facto, há ou não injustiças geradas agora, neste momento, na segunda fase. Não sabemos, se as há, quantas há. Não conhecemos a realidade em concreto. Mas o Governo tem obrigação de a conhecer. E o Governo estará cá no dia 12. Nesse momento, faremos esse debate, com toda a informação que o Governo é obrigado a trazer — e trará, certamente — e se houver uma injustiça o Partido Socialista cá estará para dar o seu voto e para a corrigir.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, se assim o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Ferreira.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, correndo o risco de uso indevido da figura da resposta ao pedido de esclarecimento, uma vez que ele não existiu, por isso peço a sua complacência para abusar da figura, gostaria apenas de fazer apenas duas observações.

A primeira é a de que não cairei na asneira de falar de outros assuntos quando estamos a discutir um problema de ensino que diz respeito a milhares de jovens portugueses. Não precisamos disso, quem precisa disso é quem não tem argumentos para justificar as atitudes que hoje aqui toma em relação ao ensino. E, quanto a isso, estamos conversados.

Protestos do PS.

Uma vez que não houve pergunta, permita-me, Sr. Presidente, em mais um abuso da sua paciência, que a faça eu, quando me competia a mim responder.

Qual é o problema do Partido Socialista, que aceitou o que seria mais difícil de aceitar — a necessidade de uma segunda fase de exames para os desgraçados dos jovens que foram vítimas da primeira —, em aperfeiçoar a sua própria deliberação, no sentido de a tornar plena e permitir que ela opere, em todas as circunstâncias, ao abrigo não de uma inovação legislativa, como o Sr. Deputado António Braga aqui sugeriu que estaríamos a fazer, mas da legislação que já está em vigor e que apenas carece de ser ajustada em face da deliberação da Assembleia da República sobre esta matéria? Aliás, não compreendemos os problemas de demora de reflexão que o Grupo Parlamentar do PS, nesta *rentrée*, começa a ter não apenas sobre esta matéria mas, se calhar, até sobre a necessidade de reabrir ou não o Plenário e a Assembleia antes do prazo constitucional.

O Sr. Presidente: — Para interpelar a Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra também para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Mas, antes, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho, que já a tinha pedido para o mesmo efeito. Se é para uma interpelação à Mesa, tem de respeitar a ordem, Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — A menos que o Sr. Deputado Carlos Coelho lhe ceda a primazia.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, não me oponho a que o Sr. Deputado António Braga use da palavra primeiro.

O Sr. António Braga (PS): — Obrigado, Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado António Braga. O cavalheirismo não está proibido no Regimento.

O Sr. António Braga (PS): — Não, Sr. Presidente, certamente. E V. Ex.^a honra-o todos os dias.

A questão é que o Sr. Deputado Jorge Ferreira fez-me uma pergunta e, dizendo que ele não era competente para lhe dar resposta, deveria ser eu a responder, mas não me permitiu que respondesse. Sei que não há uma figura regimental para o fazer, mas, em jeito de interpelação,...

O Sr. Presidente: — Só eu é que o poderia permitir!

O Orador: — Claro, Sr. Presidente, não disse o contrário.

Em jeito de interpelação, sempre direi ao Sr. Deputado Jorge Ferreira que foi justamente em conjunto com o Governo que construímos a última recomendação. Quero dizer-lhe ainda outra coisa: não gostamos de tirar vãs ilusões a ninguém. Quando tomamos deliberações, são sérias e para cumprir até ao fim.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem, então, a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho para uma interpelação à Mesa.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, interpele V. Ex.^a, pedindo-lhe a sua ajuda para recordar uma circunstância, pois tenho receio que seja a minha memória a falhar, e para lhe pedir uma diligência, na qualidade de Presidente da Assembleia da República.

Por algumas intervenções dos Srs. Deputados do Partido Socialista, principalmente do Sr. Deputado António Braga, fica-se com a ideia de que o PSD quer fazer alguma de terrível: apresentar nesta Comissão Permanente, de supetão, um projecto de deliberação sobre esta matéria. Quero pedir a V. Ex.^a se me ajuda a recordar se na sessão de 18 de Julho o projecto de deliberação que aprovámos por unanimidade estava previsto com antecedência, se tinha sido decidido na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares da véspera, se existia já na manhã desse dia, ou se também surgiu do debate, do diálogo, no pleno terreno da Comissão Permanente. Receio que a minha memória já não esteja tão boa, Sr. Presidente. A sua será, seguramente, melhor do que a minha.

Protestos do PS.

Sei que a diligência que quero suscitar a V. Ex.^a não é muito «católica», de acordo com os cânones, mas julgo que se justifica.

Todas as bancadas, com excepção da do Partido Socialista, expressaram que dariam consenso para que este projecto de deliberação fosse votado ainda hoje, reconhecendo a urgência e sobretudo a circunstância de neste momento estarem a fazer exames 80 000 jovens portugueses, que não podem ficar com a suspeita de que estão a fazer exames inúteis e de que o seu esforço tem utilidade e consequência de acordo com aquilo que a Assembleia da República recomendou em 18 de Julho ao Governo.

Portanto, o que pergunto ao Sr. Presidente é se não querará questionar novamente a bancada do PS sobre se, pesada a circunstância de todas as bancadas darem o seu consenso, esta não querará fazer um esforço para não ficarmos com a ideia de que em 18 de Julho o Governo ficou embaraçado com a posição de voto que a bancada socialista então adoptou e a de que, agora, a bancada socialista está embaraçada com o que o Governo pode pensar da sua posição quanto a esta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado fez uma interpeção à Mesa, que tem de ter uma resposta, como é óbvio, e também um apelo à minha memória, que, não sendo, tal como a tradição, o que foi, ainda não é má de todo. Acontece, Sr. Deputado, que nesse momento eu não estava a presidir à reunião.

Risos do PS.

Até aí ainda vai a minha memória, pelo que não posso, portanto, socorrê-lo.

Mas pergunto ao Sr. Deputado António Braga se deseja dar os esclarecimentos solicitados pelo Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. António Braga (PS): — Com certeza, Sr. Presidente.

E neste caso ficou feita a prova da menos boa fé do PSD.

Sr. Deputado, nesse momento e nesse dia tínhamos a presença do Governo e, apesar da nossa resistência inicial, dissemos que se não houvesse condições para deliberar sobre aquela matéria, nomeadamente informação sustentada por parte do Governo sobre as consequências, teríamos de ter a maior cautela e de a adiar.

Aliás, isso consta das actas. Se o Sr. Deputado tem má memória, poderá consultá-las, onde constatará essa primeira e inicial resistência e depois verificar que, em diálogo com o Governo e com todas as bancadas, havia condições para o fazer, e fizémo-lo aqui.

Hoje, Sr. Deputado Carlos Coelho, não temos as mesmas condições, o que só prova que o Sr. Deputado toma esta iniciativa vestindo uma espécie de pele usada de cordeiro, falando nos alunos que neste momento estão a fazer exame. Se tiver, de facto, o sentido da responsabilidade terá de concordar que a nossa posição tem verdadeiro sentido de Estado para depois não criar novas e difíceis situações de resolver, novos enganos e possíveis ilusões, sobre esta matéria.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Ó Sr. Deputado!...

O Orador: — Temos de apurar todas as condições, todos os dados para, depois, deliberar, e só nesse momento é que o poderemos fazer.

Sr. Presidente, a nossa resposta é esta. Foi justamente em colaboração com o Governo e com todas as bancadas que construímos aquela recomendação.

Vozes do PS: — É verdade!

O Orador: — Hoje não temos essas condições, logo não o podemos fazer.

Vozes do PS: — Esta é que é a verdade, o resto é demagogia!

O Sr. Presidente: — Portanto, o PS mantém a sua posição de não dar assentimento.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, peço desculpa por voltar a pedir a palavra. Eu tinha jurado a mim próprio que a interpelação que há pouco lhe dirigi seria a última nesta Comissão Permanente, mas, pelos vistos, vai ser esta.

Sr. Presidente, fiquei um pouco incomodado com a intervenção que o Sr. Deputado António Braga acaba de fazer. Dá a ideia de que a Assembleia só pode deliberar depois de ouvir o Governo. Quer dizer, é uma ideia de subalternização do Parlamento relativamente ao Executivo. Fico incomodado com esta interpretação.

Mas, Sr. Presidente, vamos ser claros, o que queremos é resolver o problema dos 80 000 estudantes portugueses que estão a fazer exames.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Vozes do PS: — Nós também!

O Orador: — Se o PS precisa de 20 minutos ou de meia hora para telefonar ao Governo, pela nossa parte estamos dispostos a suspender os trabalhos da Comissão Permanente para que o telefonema possa ocorrer por forma a que o Grupo Parlamentar do PS possa saber qual é a posição que o Governo aconselha a tomar nesta matéria.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Coelho, o Grupo Parlamentar do PSD gere os seus direitos como entender, é um problema dele.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, com o estado actual de gaguez do Governo, o melhor é fazer um intervalo de uma hora!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, permita-me começar pela ousadia de fazer uma correcção ao que o Sr. Presidente disse há pouco: o Regimento não só não proíbe o cavalheirismo como, ele próprio, é um apelo a isso mesmo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E espero que as minhas graças a propósito do Regimento sejam respondidas igualmente com graça e não transformadas num debate lastimável sobre as questões do Estado porque isso tem outras ocasiões.

Sr. Presidente, uso da palavra para relatar à Comissão Permanente um facto que ocorreu esta manhã.

Esta manhã, no Conselho de Administração da Assembleia da República esteve em aprovação uma verdadeira razia dos cargos dirigentes desta Casa, e isso ocorreu com o voto favorável socialista, o que não surpreende, mas com a conivência do PCP, através da abstenção e mesmo, por vezes, do voto favorável, e também com a conivência do PP, através, pior do que tudo, de uma ausência envergonhada. Tudo isso ocorreu, como é evidente, com o voto contrário, sistematicamente, do PSD.

Devo dizer-lhes que em 10 anos de maioria absoluta nunca tal razia teve lugar, não só em termos de contrariar o espírito da Lei Orgânica, que — e é expressa —, em vez de apontar a nomeação para os cargos dirigentes da Assembleia da República uma equipa da confiança do Secretário-Geral, aponta, pelo contrário, no sentido de ela ser encontrada autonomamente em relação ao Secretário-Geral e muito menos ser da confiança pessoal do Secretário-Geral. Nunca, em 10 anos de maioria absoluta, tal visão teve lugar, muito menos a que conduziu à razia desta manhã, repito, com a conivência envergonhada do PP e a conivência, pela abstenção ou voto favorável, do PCP.

Os socialistas, desde que alcançaram o poder, têm feito uma verdadeira limpeza «étnica», isto é...

Risos do PS.

Têm de entender com *grano salis* este termo «étnico», limpeza política. Limpeza por razões estritamente políticas, para não dizer estritamente de ambição pessoal. Têm feito, de facto, essa limpeza de norte a sul do país, desde os cargos de maior aos de menor relevância. Em certos sítios são substituídos directores de hospitais concelhios.

Portanto, esta operação de limpeza tem prosseguido de norte a sul do país, chegou agora a vez da Assembleia da República, que, por esta via, foi transformada, convenhamos, numa verdadeira Bósnia-Herzegovina.

Risos do PSD.

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Isso dignifica muito o PSD!

O Orador: — Meu caro amigo, o sal da expressão literária não oculta, antes pelo contrário, a gravidade do comportamento político.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E o vosso comportamento político é afrontoso, flagrante e chocante em comparação não apenas com o nosso comportamento mas sobretudo e também com as vossas afirmações.

Os socialistas prometeram ao país pôr termo ao celeberrimo «Estado laranja», através da isenção, da despartidarização e da despesoalização do provimento dos cargos dirigentes, nomeadamente através de concursos públicos. Ora, não só puseram de lado essa ideia como, inclusivamente, apresentaram um projecto de lei sobre o assunto que têm, tranquilamente, mantido na gaveta à espera que apodreça...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ... e, sobretudo, à espera que acabe a operação de limpeza.

Vozes do PSD: — Exactamente!

O Orador: — Devo dizer-lhes...

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Onde é que está a vossa iniciativa?

O Orador: — Bastou-nos a vossa, a tal ponto que aqui mesmo declaramos que, perante a vossa passividade, o meu Grupo Parlamentar vai exigir o agendamento dessa vossa iniciativa legislativa logo no início da sessão legislativa.

Vozes do PS: — Está agendada!

O Orador: — Vamos exigir o agendamento para votação definitiva, porque enquanto não for votada definitivamente não tem qualquer efeito útil.

Sr. Presidente, foram estas as razões da minha intervenção, foi para dar a conhecer aquilo que em 10 anos de maioria absoluta nunca ousámos, nunca sequer nos passou pela cabeça proceder deste modo porque consideramos ir contra os princípios que devem prevalecer, mesmo sem serem apregoados, de diálogo, de equilíbrio institucional e político. Em vez disso, assistimos a uma operação de sectarismo, que, com franqueza, não nos podia passar pela cabeça que acontecesse, inclusivamente na própria Assembleia da República.

Aplausos do PSD.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, peço a palavra para interpelar a Mesa.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, a minha interpelação vai no sentido de dizer que o Deputado do PP que faz parte do Conselho de Administração hoje faltou à reunião, falta que será justificada nos termos regimentais, e para lamentar que as capacidades divinatórias sobre o significado das faltas que o Sr. Deputado Silva Marques acaba de transmitir, neste caso, infelizmente, o traíem, porque não correspondem de facto à verdade.

Na essência da questão, a posição do meu Grupo Parlamentar sobre todos os factos aqui relatados por ele coincide com a dele. Só não coincide num ponto: o Sr. Deputado Silva Marques parece padecer de amnésia por, infelizmente, não recordar que durante 10 anos, o que faz com que a crítica que acaba de fazer ao PS e ao PCP se vire contra o seu próprio partido,...

Vozes do PSD: — Nunca!

O Orador: — ... em toda a administração pública deu exactamente o exemplo que acaba de condenar.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito?

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Para um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para protestar em relação à intervenção do Sr. Deputado Silva Marques naquilo que me parece substancial.

Em meu entender, a intervenção do Sr. Deputado Silva Marques foi insultuosa para todas as bancadas e para a Assembleia, na medida em que veio aqui dizer-nos que todos os nomes agora propostos para chefias intermédias da Assembleia da República serão afectos ao PS — não sei qual é a informação que tem, eu não tenho qualquer informação desse género nem andei à procura dela — e que no tempo da maioria do PSD todos eles eram desafectos de qualquer simpatia partidária. Inclusivamente, o Sr. Deputado Silva Marques referiu que, por isso mesmo, sistematicamente o PSD votou contra essas propostas. Ora, o ter votado contra as propostas sistematicamente é muito significativo.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Mas disse mais o Sr. Deputado Silva Marques, disse que não compreendia, não aceitava, que as chefias intermédias da Assembleia da República pudessem vir a ser propostas pelo Secretário-Geral, que não era assim no tempo da maioria do PSD.

Pergunto: se não era o Secretário-Geral, na altura da maioria do PSD, que fazia as propostas, quem era? Era o PSD? Era o próprio partido?

O Sr. Nuno Baltazar Mendes (PS): — Isso é grave!

O Orador: — A última nota, Sr. Presidente, era para dizer que o Partido Comunista Português votou, de facto, favoravelmente um bloco de propostas e absteve-se noutra bloco apenas por uma razão. Votou no bloco em que as pessoas propostas pertencem aos quadros da Assembleia da República, em que, por conseguinte, é dada a preferência que está prevista na Lei Orgânica, e absteve-se, sem discriminações e sem estar a analisar pessoa por pessoa,...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP): — Exactamente!

O Orador: — ... no outro bloco de quatro indigações para nomeação, precisamente porque são pessoas que são externas à Assembleia da República e não temos a certeza absoluta de que não haja na Assembleia da República pessoas capazes e competentes para esses lugares.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para um contraprotesto, se o de-sejar, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, muito rapidamente para lembrar ao Sr. Deputado Jorge Ferreira que existe a figura do substituto e, portanto, a vossa ausência tem de ser claramente interpretada como uma posição política, isto é, os senhores não quiseram dificultar as soluções preferidas pelo Partido Socialista.

Relativamente ao Partido Comunista, devo dizer que o Sr. Deputado Octávio Teixeira está incomodado porque o PCP desta vez colocou-se contra os trabalhadores da Assembleia da República por razões de circunstância.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Faça favor, mas, enfim, com uma generosidade do Sr. Presidente para que o meu colega que há-de intervir não seja prejudicado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito obrigado, Sr. Deputado Silva Marques.

É apenas para lhe recordar uma questão — é inaceitável falar em saneamentos e por isso já referi a questão no protesto —, é que as pessoas que estavam nomeadas, tal como aquelas que o serão agora, foram nomeadas em comissão de serviço. A sua comissão de serviço terminou no dia 31 de Agosto deste ano e, portanto, há toda a legitimidade. Como digo, não faço agora apreciações sobre as pessoas individualmente consideradas, mas há toda a legitimidade para que elas possam ser substituídas, porque terminaram a sua comissão de serviço. É natural que isso possa acontecer!

O Orador: — Como há legitimidade para que elas continuem! O Sr. Deputado está empatado desse ponto de vista! Há legitimidade para acabarem e há legitimidade para continuarem!

Sr. Deputado Octávio Teixeira, o Partido Comunista — se me permite esta interpretação, que V. Ex.^a há-de considerar ofensiva, mas que é uma interpretação política — trocou o seu voto favorável por um «prato de lentilhas».

O Sr. José Magalhães (PS): — Isso é que é uma acusação grave!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração da minha bancada, devido a esta última afirmação do Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra para esse efeito, Sr. Deputado.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Silva Marques, para além do facto de eu pessoalmente não gostar de lentilhas, a acusação que fez é muito grave,...

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — ... e por isso eu gostaria que dissesse à Câmara quais são as «lentilhas» a que o Sr. Deputado Silva Marques se está a referir porque isso é importante, essencial e absolutamente necessário.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Octávio Teixeira, considero que o Partido Comunista acha que entre os nomes propostos existem pessoas da sua simpatia, o que leva o Partido Comunista a considerar essa nomeação favoravelmente.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Para defesa da honra da minha bancada.

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, é apenas para insistir muito brevemente, uma vez que me parece que isso não ficou claro da minha intervenção anterior, que a posição do Grupo Parlamentar do Partido Popular não é aquela que, mais uma vez, o Sr. Deputado Silva Marques insiste em querer atribuir-nos. Peço imensa desculpa ao Sr. Deputado, mas ainda não o pode fazer. Se quiser mudar de partido, ser eleito por nós e participar nas reuniões do grupo parlamentar, poderá fazê-lo.

A posição do Grupo Parlamentar do PP é a que acabei de referir e gostaria que isso ficasse claro perante a Câmara. Não é, seguramente, o Sr. Deputado Silva Marques que define as posições do meu grupo parlamentar.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Silva Marques.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Jorge Ferreira, a minha explicação é esta: não estava lá o titular nem o substituto! Portanto, referi o facto como uma colaboração envergonhada e parece-me razoável a minha interpretação.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, tenho de defender a consideração da minha bancada novamente, porque a expressão «colaboração envergonhada»...

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, não pode ser.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Sr. Presidente, é que o Sr. Deputado Silva Marques, sistematicamente, em vez de debater os assuntos, ofende, e isso não pode passar em claro.

O Sr. Presidente: — As defesas da consideração não podem ser em sistema de modo contínuo!

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem. Então, informarei a Mesa por escrito, nos termos que achar adequados.

O Sr. Presidente: — Quero informar a Câmara de que estou a assistir a esta sessão membros simpáticos e pitorescos do Rancho Português do Rio de Janeiro. Para eles peço uma saudação muito amiga.

Aplausos gerais, de pé.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Vieira.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não diria rigorosamente nada se as declarações do Sr. Deputado Silva Marques não fossem, de facto, extremamente graves, injustas e até completamente deslocadas, porque acho que é a primeira vez que um assunto desta natureza vem a Plenário, sem qualquer razão.

Srs. Deputados, o que se passa é o seguinte: o pessoal dirigente da Assembleia da República é nomeado em comissão de serviço e as suas comissões cessaram. À excepção do caso de um dirigente que pediu a reforma, to-

das as outras comissões de serviço cessaram. É da competência da Secretária-Geral da Assembleia apresentar propostas de nomeação de dirigentes. Pode reconduzir os anteriores ou pode indicar novos nomes, e foi isto que aconteceu.

Portanto, esta diatribe que o Sr. Deputado Silva Marques aqui traz é completamente despropositada porque vem-nos falar de limpeza étnica e política e, ao mesmo tempo, o próprio tipo de expressões que aqui utiliza torna o seu protesto muito eloquente. Enfim, permita-me que lhe diga que ficou aqui bem patente para todos que, de facto, provavelmente, as propostas de nomeação anteriores não obedeciam aos critérios a que obedeceram estas que foram apresentadas hoje no Conselho de Administração.

Vozes do PS: — Exactamente!

O Orador: — Só assim é que compreendo a veemência do seu protesto, Sr. Deputado Silva Marques.

Depois, todos os Srs. Deputados aqui presentes têm à sua disposição os *curricula* dos propostos. Todos! E desafio-os a provar — em primeira mão ao Sr. Deputado Silva Marques — que os critérios seguidos não foram os da experiência, os de um perfil pessoal e profissional adequado às funções, o da qualidade curricular e, na maioria ou na quase totalidade dos casos, o de uma longa carreira profissional de dedicação ao serviço do Estado.

Portanto, Sr. Deputado Silva Marques, vamos àquilo que interessa: desafio-o a provar aqui que a estas nomeações presidiram outros critérios que não fossem aqueles que acabei de enunciar. Sendo mais concreto: conheça as pessoas e desafio-o a provar — e este desafio não é só para aqui é também para os dias que vêm aí, para o futuro — que os dirigentes que vão exercer funções na Assembleia da República são maioritariamente do PS ou de uma cor política, seja ela qual for. Este o primeiro desafio.

O segundo desafio que lhe faço é que prove que as pessoas que foram propostas não têm qualidade profissional e perfil pessoal para o exercício destas funções.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É isso que o Sr. Deputado tem de provar e esse desafio vai manter-se porque V. Ex.^a, com as altas responsabilidades que tem, como membro do Conselho de Administração, tem de fazer essa prova. Portanto, é um assunto muito sério que fica aqui à sua consideração.

Aplausos do PS.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra para defesa da consideração.

O Sr. Presidente: — Pessoal ou da sua bancada?

O Sr. Silva Marques (PSD): — Da minha bancada, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — É membro da direcção da bancada?

O Sr. Silva Marques (PSD): — É que eu represento o meu grupo parlamentar no Conselho de Administração, Sr. Presidente! A tal ponto que os meus votos são exactamente os dos Deputados da minha bancada!

O Sr. Presidente: — Eu tenho a faculdade de lhe dar a palavra imediatamente e uso essa faculdade, embora...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Mas, por acaso, também pertença à direcção alargada do meu grupo parlamentar!

O Sr. Presidente: — Não sei o que é direcção alargada! Mas uso da faculdade que o Regimento da Assembleia me concede de lhe dar a palavra desde já, a título excepcional.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Muito obrigado!

Quero apenas dizer ao Sr. Deputado Rui Vieira que é a primeira vez que este assunto vem aqui — e compreende-se —, porque é a primeira vez que acontece a razia a que eu me referia. Tenho muita pena! Apontem-me um exemplo anterior em 10 anos ou mesmo para além dos 10 anos! É a primeira vez que uma razia destas tem lugar.

Por outro lado, longe de mim pôr em causa a competência dos propositos! E a competência dos substituídos?!

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — O que digo é que a operação teve lugar de forma sectária porque não houve diálogo. Não houve diálogo com ninguém, nem com grupos parlamentares e nem sequer com trabalhadores. Portanto, não houve diálogo. Eu estou a criticar o método seguido. Longe de mim discutir as pessoas!

Vozes do PS: — Ah!

O Orador: — O Sr. Deputado Rui Vieira diz que as pessoas propostas são muitíssimos competentes. Admito que sim! Assim como as substituídas também o são!

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Pelo menos não foi invocada a incompetência. Por isso, Sr. Deputado Rui Vieira, é extremamente desagradável trazer o assunto aqui, mas ainda mais desagradável é dar razão a que o assunto venha aqui, isto é, proceder a uma razia, como nunca tinha sido visto.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, querendo, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Vieira.

O Sr. Rui Vieira (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Silva Marques, não houve qualquer razia! As comissões de serviço cessaram! Não se trata de razia absolutamente nenhuma!

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — É sempre assim!

O Orador: — Diz-me o Sr. Deputado Silva Marques que não houve diálogo prévio. Pois não! Ainda bem! O Sr. Deputado Silva Marques quer dizer que não houve negociação com partidos? Ainda bem que a Sr.^a Secretária-Geral não negociou esta matéria com os partidos!

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. José Magalhães (PS): — Ainda bem!

O Orador: — Ainda bem que não negociou!

E, depois, deixe-me dizer-lhe uma coisa: aqueles que estavam em funções e que as cessaram há poucos dias foram nomeados por anteriores secretários-gerais da As-

sembleia da República, que, por sua vez, foram escolhidos pela Assembleia que era do PSD. O Sr. Deputado Silva Marques devia saber que da parte dos partidos da oposição houve sempre uma expectativa favorável relativamente aos nomes propostos. Por várias vezes! Nunca, no Conselho de Administração — e isto tem a ver com a razia que o senhor refere —, houve uma atitude tão negativa relativamente às propostas que foram apresentadas como aquela que aconteceu aqui por parte do PSD. Nunca! Pelo contrário, os partidos da oposição muitas vezes deram o seu assentimento e, quando não tinham informação suficiente ou por outras razões, quedaram-se na abstenção.

Portanto, repito, o seu voto negativo, mesmo quando, enfim, reconhece que se trata de pessoas competentes, porque algumas pessoas são de cá, é demasiadamente eloquente e faz-me pensar que as propostas anteriores obedeceram a outros critérios diferentes daqueles a que obedeceram estas.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo. Não tem tempo, mas pode usar da palavra por tolerância da Mesa por 3 minutos.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A comunicação social tem noticiado hoje a existência de um abaixo-assinado da população da freguesia de Cabanelas, do concelho de Vila Verde, dirigido à Câmara Municipal, pedindo para que os jovens alunos das escolas dessa freguesia não tenham por companhia jovens alunos de etnia cigana, também moradores nessa freguesia.

Tive oportunidade, já hoje, de ouvir declarações, quer do delegado escolar de Vila Verde quer do Sr. Director Regional de Educação do Norte, e queria aqui dizer que, do meu ponto de vista e do ponto de vista do Partido Social Democrata, esses dois responsáveis deram hoje um excelente exemplo de como se pode ultrapassar um problema criado sem quebra de nenhum dos princípios legais e constitucionais que aqui estão em causa.

Quer o Sr. Delegado Escolar de Vila Verde quer o Sr. Director Regional de Educação do Norte tiveram hoje, pelas palavras que proferiram na comunicação social, uma atitude que acho que deve ser elogiada e apreciada por todos nós. O PSD e eu próprio quer aqui fazê-lo publicamente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Porque, Sr. Presidente e Srs. Deputados, temos de tratar este tipo de matérias — e esta que quero aqui referir é diferente da de Oleiros — com grande ponderação e serenidade e, ao mesmo tempo, fazer um apelo a todos os intervenientes — população e responsáveis locais e governativos — para que o tratamento destas matérias seja sensato, ponderado e equilibrado.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Muito bem!

O Orador: — A este propósito quero apenas dizer três coisas: primeiro, o Partido Social Democrata até hoje ainda não se pronunciou sobre os acontecimentos de Oleiros — entendemos fazê-lo hoje —, porque entendemos que este tipo de matérias não devem ter um tratamento puramente partidário, porque são questões, algumas delas de

Estado, que exigem responsabilidade e nós queremos, nesta como em outras matérias, ser responsáveis. E sê-lo-emos até ao fim, sobretudo quando está em causa o cumprimento de princípios constitucionais fundamentais de quaisquer cidadãos, como o da igualdade perante a lei, o da dignidade dos cidadãos, o da não discriminação dos cidadãos em função da raça ou etnia, o direito à educação das crianças.

Ao lado destes estão em causa outros princípios tão fundamentais como o princípio constitucional que obriga o Estado a defender e a salvaguardar as pessoas e os seus bens, a sua segurança, e a assegurar que as comunidades possam desenvolver-se num ambiente sadio e sem qualquer problema que possa afectá-las.

É no equilíbrio e na visão global de todas estas matérias que têm de ser encontradas soluções para este tipo de questões.

Rejeito, por isso, algumas notícias e opiniões esquecendo que os problemas surgidos ultimamente em Vila Verde podem ter a ver com alguns mas não com todos os seus cidadãos. Conheço bem as pessoas de Vila Verde: são gente pacífica, trabalhadora, honesta, humilde mas civilizada e que não precisa, na esmagadora maioria dos casos, de nenhum tipo de lição de moral daqueles que ultimamente têm tido essa atitude. Pretendo deixá-lo muito claro dizendo que alguns dos comportamentos hoje presenciados, que são tristes e queremos repudiar com veemência, são induzidos pelo comportamento de agentes políticos que não souberam em devido tempo avaliar as consequências desse mesmo comportamento.

O Sr. Presidente: — Queira terminar, Sr. Deputado.

O Orador: — Termino de seguida, Sr. Presidente.

Julgo que o Sr. Governador Civil de Braga, sem prejuízo da defesa, que quero louvar, de princípios constitucionais importantes e impostergáveis para quem quer que seja e para um Estado de Direito democrático, não avaliou bem todas as consequências da sua acção neste tipo de casos. Em primeiro lugar, foi excessivamente voluntarista quando quis assumir competências que não lhe cabem na resolução de problemas que ainda não estão resolvidos e, por outro lado, expôs a autoridade do Estado quando foi falar com a população de Cervães conhecendo antecipadamente o clima gerado nessa freguesia. O Sr. Governador Civil de Braga tem a solidariedade do Partido Social Democrata na defesa dos princípios mas queremos ver resultados, consequências positivas da acção que empreendeu, e que, em muitos casos, não teve o equilíbrio que devia ter tido.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado António Braga.

O Sr. António Braga (PS): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Miguel Macedo trouxe aqui uma questão importante, que tem sido objecto de muito interesse, especialmente da parte dos órgãos de comunicação social e, por isso também, dos portugueses que acompanham a situação.

Começo por registar e congratular-me com o facto de o PSD, através do Sr. Deputado Miguel Macedo, nos garantir que, sendo esta uma questão de Estado, razão pela qual tomou uma posição de Estado sobre a matéria, não

teremos querelas partidárias a este propósito. É uma constatação que faço e com que me congratulo não só como membro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista mas também enquanto Deputado eleito pelo círculo eleitoral de Braga.

Em relação a esta matéria, de uma forma geral confiamos em que as autoridades policiais e políticas locais terão, como têm tido, bom senso e o equilíbrio necessário para que a garantia dos direitos fundamentais esteja assegurada permanentemente. Portanto, desse ponto de vista, independentemente de nos congratularmos com a actuação em concreto de algumas autoridades como a direcção escolar e a própria direcção regional, que referiu, congratulamo-nos com a actuação em geral de todas as forças até ao momento.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Subscreeve a 100% a actuação do Sr. Governador Civil?

O Orador: — Temos para nós uma interpretação diferente quanto à actuação do Sr. Governador Civil. Pensamos que actuou no estrito cumprimento das suas competências e com o equilíbrio necessário à situação em presença.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É nesse sentido que entendo a intervenção do Sr. Deputado Miguel Macedo. Independentemente de ter alertado para algumas dúvidas que possa ter sobre o momento em concreto que se viveu, importa registar que este não é o tempo para batalhas partidárias mas para assegurar que questões fundamentais, nomeadamente os direitos dos cidadãos, estarão garantidas quer na interpretação e na abordagem que fazemos enquanto políticos quer na intervenção das autoridades locais conforme tem vindo a ser feito.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para responder, num minuto cedido pela Mesa, tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Macedo.

O Sr. Miguel Macedo (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Deputado António Braga, concordo com o que disse mas quero frisar, o que resulta essencial da minha intervenção, que estão em causa todos os direitos constitucionais, não apenas aqueles que dizem respeito à dignidade das pessoas, à não discriminação, à igualdade perante a lei como também os relativos à segurança.

Aquilo que, sendo estranho, não tive oportunidade de destacar pelo reduzido tempo de que dispunha para intervir, é que o Sr. Governador Civil, que se tem desdobrado em múltiplas declarações na comunicação social nos últimos tempos, nunca tenha feito qualquer afirmação peremptória no sentido do cumprimento de uma competência estrita do seu cargo, que tem a ver com a segurança das populações. Quis fazê-lo apenas em relação a uma parte e sabem os Srs. Deputados, sobretudo os que conhecem aquela realidade, como é o caso do Sr. Deputado António Braga, que estão em causa problemas de segurança que têm a ver com fenómenos complicados a que a sociedade portuguesa é particularmente sensível, designadamente questões de droga.

Ora, o Sr. Governador Civil não teve até hoje na comunicação social, não por falta de oportunidades, uma palavra peremptória tranquilizando a população das freguesias em causa. De um governante, de um responsável político espera-se que, enquanto representante do Governo no distrito de Braga e com as competências que tem nesse domínio, assegure a tranquilidade, a ordem pública e o bom recato que a comunidade exige a todos os que vivem naquele meio, independentemente da sua raça.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Abecasis.

O Sr. Nuno Abesasis (CDS-PP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estava a interrogar-me sobre se se manteria ou não a oportunidade de retomar o tema da deliberação apresentada pelo PSD no início desta reunião. Faço-o em consciência porque penso que é urgente dar uma resposta a alguns milhares de jovens que confiaram na palavra da Assembleia da República e se dispuseram a estudar e a prestar provas.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — No dia 18 de Julho, esta Assembleia votou favoravelmente uma deliberação e uma recomendação ao Governo porque julgou, e bem, que em qualquer sistema de educação de um Estado democrático há três valores fundamentais que não podem ser esquecidos: a humildade, a competência e a justiça. Humildade das entidades que governam ou que legislam e a Assembleia da República, também nesse campo, tem responsabilidades para reconhecer os erros que praticou e que prejudicaram os cidadãos; competência, porque é elementar garantir aos jovens portugueses que possam demonstrar se têm ou não competência para progredir no esquema de ensino; e justiça para com os jovens, para com o país, para com as famílias, porque todos temos o direito de aspirar a ter uma juventude preparada para os embates que desafiam este país. Penso que foram estas as três razões fundamentais, que hoje se mantêm, que levaram a Assembleia a votar favoravelmente a referida deliberação.

O Sr. Deputado António Braga congratulou-se com a forma como este ano lectivo está a decorrer. Permita-me, Sr. Deputado, que lhe diga que esta reunião da Comissão Permanente da Assembleia da República não deixa em mim essa tranquilidade. Desconheço se os Deputados da Assembleia da República Portuguesa já entenderam que o problema da educação é de índole nacional ou se continuam a pensar que é partidário.

O Sr. Guilherme Silva (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Se continuam a pensar que é um problema partidário, não auguro nada de bom para os nossos jovens nem para o futuro nacional.

Penso que, em matéria de educação, a justiça e a humildade exigem que reconheçamos, pelo menos neste caso concreto, que os nossos jovens estão numa situação de desigualdade em relação àqueles com quem têm de competir na Europa e pergunto que espécie de técnicos, de homens de cultura, de pessoas de trabalho estamos a querer preparar em Portugal. Será que esquecemos que são os nossos filhos, os nossos sucessores? Esta é uma responsabilidade de todos nós.

Diria, Sr. Presidente, que a justiça ou é total ou não é nenhuma, porque não há metade de justiça, nem metade de competência, nem metade de humildade. Tenho muita pena, não por razões partidárias mas, sim, nacionais, que a Assembleia da República, através da Comissão Permanente, não tenha hoje uma palavra a dizer aos milhares de jovens portugueses...

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — ... para que acreditem nos Deputados, para que acreditem que nós, independentemente da cor partidária, entendemos que a competência e a justiça são fundamentais para que possa haver um sistema de educação.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — Ainda estamos a tempo de o fazer, porque não estamos a deliberar nada mas, unicamente, a recomendar que sejam tidos em conta os princípios da justiça e premiada a competência.

O Sr. Jorge Ferreira (CDS-PP): — Muito bem!

O Orador: — É o mínimo que devemos aos jovens portugueses que aceitaram o nosso desafio.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, peço-lhe que termine. Já ultrapassou em muito o tempo de que dispunha.

O Orador: — Termina já, Sr. Presidente.

Penso, Srs. Deputados, que estamos em tempo de o fazer e que a humildade, em face da gravidade e da importância do problema que estamos a decidir, só honrará esta Assembleia e os partidos aqui representados.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Junqueiro.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Grupo Parlamentar do Partido Socialista tomou a iniciativa de propor a vinda ao Parlamento, à sua Comissão Permanente, do Sr. Ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território com a finalidade de discutir e avaliar, aprofundadamente, o anteprojecto do Governo para o novo Plano Rodoviário Nacional, ano 2000.

O Grupo Parlamentar do PS saúda a imediata disponibilidade manifestada pelo Sr. Ministro do Equipamento, não só pela oportunidade objectiva de poder analisar conjuntamente com a Assembleia da República este trabalho, como a elevação política com que faz o exercício da governação, no pleno apreço e respeito, quer pelas instituições, quer pelos representantes legítimos dos eleitores.

Recordo que este documento foi distribuído aos diferentes grupos parlamentares ainda durante o mês de Julho, pelo que se considera que, sobre o mesmo, todos puderam já fazer uma primeira leitura e, obviamente, compilar um conjunto de sugestões que permitam uma reflexão e forma final que espelhe a contribuição empenhada de todos.

A Assembleia da República, nesta apresentação e avaliação, poderá ver a concretização dos compromissos assumidos em matéria de consulta, diálogo e, sobretudo,

obra. As pessoas, os eleitores poderão sentir que as promessas do PS continuam a ser cumpridas com a serenidade de quem trabalha e, sobretudo, de quem tem a consciência tranquila.

No passado dia 2, o Sr. Ministro do Equipamento, em cerimónia por si presidida, permitiu que as pessoas vissem isso mesmo ao tomarem conhecimento da adjudicação, entre a Brisa e os empresários, de novos contratos para mais e melhores auto-estradas.

Mais, porque o parque nacional de auto-estradas será acrescido em 1998 de mais 40% do que em 1995.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Não eram contra o betão?!

O Orador: — Significa que no curto espaço de pouco mais de três anos, as pessoas em geral e os agentes económicos em particular verão e poderão usufruir de um ritmo de trabalho mais vivo, inelutavelmente o maior de sempre.

Melhores, porque a aposta é feita em nome das pessoas, facto que permite constatar uma qualidade superior, uma maior segurança, um combate à sinistralidade e um ambiente mais protegido,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Muito bem!

O Orador: — ... tudo consubstanciado num conjunto de decisões e dispositivos já em curso e em aplicação. As barreiras sonoras, a detecção e elaboração até final de 1996 de um programa de eliminação dos pontos negros existentes, a concretização de um programa excepcional de conservação, em toda a rede, antes do Inverno, bem como o tratamento paisagístico são exemplo dessa qualidade, para já não falar do conjunto de nós e variantes, até aos dias de hoje esquecidos, que facilitassem e promovessem a comodidade das pessoas no acesso aos centros urbanos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — No seu conjunto, estes factos significam mais desenvolvimento económico, mais emprego, maior crescimento, tudo processado a uma maior velocidade, sendo que a Brisa em 1996 terá 50% mais de actividade do que em 1995.

O País chegará ao ano 2000 com a totalidade dos itinerários principais construídos, contra os cerca de 50% que tinha em 1995, pertencentes a um Plano Rodoviário Nacional que deveria ter sido concluído nesse mesmo ano, um total de 2600 Km.

É o cronograma de execução 1996/2000 que permitirá, igualmente, a conclusão integral de mais de 50% dos IC, agora aumentados em cerca de 600 novos quilómetros. A JAE funcionará a um ritmo de 150 milhões de contos por ano, ritmo muito mais elevado do que aquele que era tradicionalmente atingido em ano de eleições.

As estradas serão concluídas e abertas para que as pessoas não tenham de aguardar uma nova época eleitoral para as poderem utilizar. Do mesmo modo, as obras são calendarizadas para poderem acontecer todos os anos, sem necessidade de defraudar o País através de trabalhos forçados, pagos a peso de ouro — «as apostilhas nos contratos» — com dinheiro que permitiria ter lançado, concluído e pago outros empreendimentos.

É, portanto, o País a funcionar com normalidade, a investir melhor, a desenvolver-se mais e mais rapidamente.

E quem, ao longo deste primeiro ano de Governo PS, investiu as suas energias a denegrir sem construir, para inculcar no País a instabilidade e fazer passar a ideia de que às palavras não correspondiam as obras, tem agora a oportunidade de se redimir, utilizando as mesmas energias para afirmar, em nome da verdade, que o PS cumpre, o Governo trabalha e o País não está parado, pulsa.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, terminámos o período de antes da ordem do dia.

Eram 17 horas e 10 minutos.

ORDEM DO DIA

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos iniciar a discussão do projecto de deliberação n.º 20/VII — Autoriza o funcionamento das comissões parlamentares fora do período normal de funcionamento da Assembleia da República (Presidente da AR), ponto que reuniu o consenso da conferência de líderes.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, neste primeiro momento em que tenho oportunidade de usar da palavra, ainda que não no início formal da 2.ª sessão legislativa, mas no reinício prático dos nossos trabalhos parlamentares, desejo manifestar a todos os Srs. Deputados, incluindo a Mesa e, em particular, o Sr. Presidente, votos de um excelente trabalho parlamentar, que corresponda às expectativas dos vários grupos parlamentares e que possa também, no seu rescaldo final, corresponder às expectativas positivas dos portugueses.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No momento em que vamos deliberar no sentido de conceder autorização às comissões parlamentares para reiniciarem os seus trabalhos e, como tal, preparar matéria útil que venha alimentar também o Plenário da Assembleia da República e, designadamente, favorecer a possibilidade de antecipação do limite dos trabalhos parlamentares da 2.ª sessão legislativa, permitam-me que recorde aqui quão positivos foram os trabalhos parlamentares da última sessão legislativa.

Com efeito, fizemos em momento oportuno esse balanço e pudemos concluir que o trabalho então produzido, se comparado com legislaturas e sessões legislativas anteriores, foi significativamente meritório. Meritório pelo resultado final do número de diplomas aqui aprovados, meritório pelo conjunto dos debates políticos travados na Assembleia da República, quer em Plenário quer em Comissão, e meritório pelo envolvimento que os vários partidos da oposição puderam ter, designadamente no trabalho legislativo, concorrendo, sempre que o quiseram, para o resultado final desse mesmo trabalho legislativo.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Assumimos como estilo da nova maioria, no Governo e no Parlamento, um estilo de diálogo, sem prejuízo da convicção e da determinação da prossecução dos nossos objectivos. É essa mesma atitude que vamos querer prosseguir na retoma dos nossos trabalhos.

Mas se assim é, também vale a pena ponderar alguns dos trabalhos que estão em curso. Um deles, significativo, é o da revisão constitucional.

Srs. Deputados, permitam-me que recorde que, estando em funções a Comissão Eventual para a Revisão da Constituição e a proceder-se à primeira leitura dos projectos apresentados pelo conjunto dos partidos com assento parlamentar, é da máxima oportunidade que, ao falarmos em prioridades e em empenhamento dos vários partidos no trabalho parlamentar, assumamos de forma inequívoca o nosso empenhamento na boa formulação dos trabalhos relativos à revisão constitucional, sem atropelos nem sofismos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O que significa, Srs. Deputados, que procurámos que este mês de Setembro, agora no início, pudesse ser bastante dedicado, com o esforço de todos os grupos parlamentares, através dos Deputados membros da Comissão Eventual para a Revisão da Constituição, a assegurar a continuação dos trabalhos desta Comissão com a eficiência suficiente para que a primeira leitura dos projectos apresentados possa vir a consagrar-se até ao final do presente mês.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Volto, Srs. Deputados, a referir-vos a nossa intenção. Estamos empenhados e motivados, e tudo faremos para que a primeira leitura dos vários projectos de revisão constitucional apresentados possa ocorrer em sede própria, em instância parlamentar adequada, desejavelmente até ao final deste mês.

Aplausos do PS.

Naturalmente, não vos falo de um prazo tabeliãoico, de um prazo em sentido jurídico, mas de um empenhamento claro do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Este empenhamento teve, aliás, recentemente, a sua expressão no ordenamento dos trabalhos da Comissão Eventual para a Revisão da Constituição, quando aí propusemos que os mesmos decorressem em todos os dias úteis, durante as semanas deste mês de Setembro, incluindo as segundas-feiras e as sextas-feiras. E acreditamos que os vários grupos parlamentares, que no início não aceitaram esta possibilidade de trabalho, possam rever a sua posição e dar a sua concordância para que tal possa ocorrer.

Srs. Deputados, se assim falamos é porque entendemos que matérias fundamentais para a modernização do sistema político não devem ser objecto de panaceia, de menor interesse ou empenhamento por parte de todos os grupos parlamentares.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Presidente...

O Orador: — Srs. Deputados, quero dizer algo mais sobre o assunto. O Partido Socialista, desde a primeira hora, no clima e no espírito de diálogo que nos caracteriza, manifestou disponibilidade para, em momento próprio, realizar conversações com todos os partidos com assento parlamentar sobre o tema da revisão constitucional.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Dissemos, simultaneamente, que não faria qualquer sentido procurar realizar conversações entre partidos com assento parlamentar sobre matéria de revisão constitucional com desaforamento dessa matéria do plano parlamentar em que ela, institucionalmente, deve estar situada.

Protestos do Deputado do PSD Silva Marques.

Tenha ponderação, Sr. Deputado Silva Marques!

Quando falamos no reinício de trabalhos parlamentares a propósito de comissões diversas, quero aqui sublinhar que estamos disponíveis...

O Sr. Silva Marques (PSD): — Sr. Deputado, este não é o seu Hemiciclo, existem regras! Temos obrigação de reagir quando as situações são insustentáveis!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Silva Marques, peço-lhe que tenha calma!

O Sr. Silva Marques (PSD): — Estou perante uma situação inopinada e é minha obrigação reagir!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, já fez o seu reparo. Tenho estado atento à intervenção do Sr. Deputado Jorge Lacão e, se ela não está dentro do tema do período da ordem do dia, não se afasta muito dele! De facto, está em causa a autorização às comissões parlamentares para reunirem antes do início dos trabalhos parlamentares e o que o Sr. Deputado Jorge Lacão está a enfatizar é a necessidade de a Comissão para a Revisão da Constituição ter privilégios sobre as demais. Os Srs. Deputados do PSD também terão oportunidade de usar da palavra sobre o mesmo tema.

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presumo que o Sr. Deputado Silva Marques já reagiu o que tinha a reagir, ainda que a sua reacção, mais uma vez, tenha demonstrado que não compreendeu aspectos essenciais! Não compreendeu que, no momento em que a Comissão Permanente decide autorizar um conjunto de comissões a iniciar os seus trabalhos para habilitar o normal funcionamento da Assembleia da República, é essencial que possamos e queiramos destacar algumas prioridades relativamente a matérias inerentes ao trabalho das comissões....

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — ...e que, dentro dessas prioridades, entendamos oportuno destacar os trabalhos da revisão constitucional.

Que o Sr. Deputado Silva Marques fique incomodado com o tema, talvez eu compreenda, mas lembro que o PSD do passado, no qual o Sr. Deputado Silva Marques tinha particulares responsabilidades dirigentes, bloqueou os trabalhos da Assembleia da República relativamente à tentativa de se fazer na legislatura anterior a revisão constitucional. E talvez não me admire, por isso, a manifesta falta de motivação dos Deputados do PSD, que o Sr. Deputado Silva Marques aqui corporiza, em se empenharem, efectivamente, numa boa e positiva revisão constitucional em sede própria.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Aliás, isto é ainda a expressão da lógica do imobilismo a que o PSD nos habituou, dado que em 10 anos impediu e dificultou reformas fundamentais à modernização do sistema político português.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — É isso que nós não queremos que continue a acontecer e por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pedindo-vos desculpa por ter que repetir argumentos que me pareciam claros desde o início, quero sublinhar os dois pontos de vista que considero fundamentais da minha intervenção.

Primeiro, o nosso empenhamento para que no trabalho da revisão constitucional a primeira leitura possa ocorrer desejavelmente até ao final do mês em curso.

Segundo, o empenhamento do Partido Socialista em poder realizar conversações com os vários partidos com assento parlamentar na sequência natural e lógica dessa primeira fase de avaliação, em sede parlamentar, dos projectos de revisão constitucional.

O meu convite aos vários grupos parlamentares é o de que possam, também eles, dar um concurso positivo para que estas metas possam ser alcançadas a favor da modernização, quanto antes, do funcionamento do sistema político português.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, naturalmente com a mesma amplitude temática, o Sr. Deputado Octávio Teixeira.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Começaria a minha intervenção pegando nalgumas das considerações acabadas de fazer pelo Sr. Deputado Jorge Lacão.

É evidente, Sr. Deputado, que a Assembleia da República tem várias prioridades, não tem apenas uma. Por conseguinte, os seus trabalhos deverão adequar-se ou compatibilizar-se no âmbito de serem prosseguidas todas essas prioridades. Temos as prioridades de matérias que estão para discussão na especialidade nas comissões para posteriormente subirem a Plenário; temos projectos e propostas de lei nas comissões à espera de relatórios para poderem ser discutidas na generalidade no Plenário; temos inúmeras petições à espera de serem discutidas nas comissões para depois subirem a Plenário; e temos também a revisão constitucional.

Ora, tem de haver uma adequação e uma compatibilização de forma a que todas elas possam ser prosseguidas. E, neste caso concreto, a Comissão Eventual para a Revisão da Constituição deve funcionar de acordo com o que for estabelecido, adequando-se e compatibilizando-se com o funcionamento normal da Assembleia da República, quer em termos de comissões quer em termos de Plenário, como, aliás, sempre tem sucedido.

Pela nossa parte, gostaríamos de dizer que, mantendo a posição que sempre tomámos de que não estamos disponíveis para uma análise dos projectos de revisão constitucional a «mata-cavalos», estamos disponíveis para discutir, para trabalhar de acordo com o que for estabelecido na Comissão, dentro do princípio, que sempre temos

explicitado, de que a revisão constitucional deve ser feita na Assembleia da República, na Comissão e depois no Plenário. E será aqui, no Plenário, que se verificarão as convergências ou divergências para que possa haver este ou aquele projecto de revisão. Este é o nosso princípio geral.

O Sr. João Amaral (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Voltando por uma última vez à questão das prioridades, se todos nós fôssemos analisar prioridades outras, cada grupo parlamentar tem certamente projectos que gostaria de ver discutidos. Nós, por exemplo, queríamos que o nosso projecto sobre os conselhos municipais de segurança pudesse ser definitiva e finalmente discutido em termos de generalidade na comissão onde se encontra, bem como que fossem apreciados os nossos projectos sobre o contrato de trabalho a bordo. Certamente todos os outros grupos parlamentares terão as suas prioridades, pelo que é necessário que se faça a respectiva compatibilização entre elas.

A segunda parte da minha intervenção, Sr. Presidente, é fundamentalmente dirigida a V. Ex.^a, mas também a todos os grupos parlamentares. O projecto de deliberação que nos é apresentado, do nosso ponto de vista não corresponde, na sua formulação, exactamente àquilo que ontem obteve consenso na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares. A questão que se colocou ontem foi a de as comissões começarem a trabalhar na próxima semana para — vou utilizar a expressão que usei ontem — poderem municiar o Plenário de modo a que este retome os seus trabalhos a mais ou menos curto prazo.

Ora, o que o projecto de deliberação formalmente prevê é a autorização para que as comissões trabalhem, se quiserem e quando quiserem, apenas durante o mês de Setembro, o que desde logo parece ter implícito que em Setembro não poderá haver nenhum Plenário — mas pode não ser essa a ideia do Sr. Presidente ao formular este projecto de deliberação. No entanto, em meu entender, o projecto de deliberação permite que as comissões trabalhem mas não diz qual é o objectivo para que se antecipa este início de funcionamento das comissões.

Parece-nos que isto devia ficar mais claro e ter uma explicitação do género «... a Comissão Permanente, nos termos tais..., concede autorização às comissões parlamentares permanentes para funcionarem a partir do próximo dia 9 de Setembro para, como prioridade, procederem aos trabalhos necessários à remessa para Plenário das matérias que aí se encontrem pendentes». Julgo que foi este o espírito da convergência de opiniões que ontem houve na Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares e era esta ou aquela palavra que deveria ficar e não apenas a autorização genérica para funcionar quem quiser funcionar.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, se há culpa, ela deve ser-me assacada, mas devo dizer-lhe que a expressão «se tal for necessário ao bom andamento dos trabalhos» é condição regimental da autorização da Comissão Permanente. É uma expressão regimental, e eu julguei que me sentia obrigado a usá-la. Embora o espírito seja o que referiu, havendo uma expressão do Regimento, entendi que era minha obrigação usá-la. Foi essa a razão do meu erro mas, repito, o espírito é esse.

Penso que todos estamos de acordo em que o espírito foi o de preparar a próxima sessão legislativa antecipando

o mais possível a preparação dos diplomas pendentes, dos mais importantes para os menos importantes.

Se vier a ser antecipada a abertura dos trabalhos — por absurdo, creio que já um consenso no sentido de que o seja, havendo apenas uma disputa de semanas — este diploma está perfeito; se não for antecipada, a competência, no mês de Outubro, já é do Presidente da Assembleia da República pelo que não se põe o problema da Comissão Permanente.

Entendi que devia usar a expressão do Regimento — às vezes sou mais regimentalista do que o Sr. Deputado João Amaral...

Risos.

Às vezes consigo ultrapassar este meu querido amigo. Mas o espírito é esse.

Tem a palavra o Sr. Deputado Guilherme Silva.

O Sr. **Guilherme Silva** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Jorge Lacão, tal como já foi referido pelo Sr. Deputado Silva Marques, trouxe à ordem do dia matéria que não estava prevista pois a questão das reuniões da Comissão Eventual para a Revisão da Constituição já foi objecto de outra deliberação.

No entanto, a minha intervenção tem exclusivamente a ver com a parte da intervenção do Sr. Deputado Jorge Lacão em que ele se reportou à revisão constitucional que se processou e que não teve sequência na anterior legislatura. Aliás, não é a primeira vez que o Sr. Deputado Jorge Lacão imputa ao Partido Social Democrata a circunstância de não se ter concretizado essa revisão quando toda a gente sabe, e bem, que quem a bloqueou e impediu foi o Partido Socialista.

Protestos do PS.

Lembro a V. Ex.^a que o actual Presidente da Assembleia da República, Sr. Deputado Almeida Santos, que então tinha responsabilidades na direcção do grupo parlamentar do Partido Socialista, publicamente assumiu que era patriótico adiar a revisão constitucional para a legislatura seguinte. Numa entrevista que na altura deu à revista *Visão* assumiu esta afirmação e obviamente, coerente como é, fez tudo enquanto responsável pela direcção do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para que essa revisão ficasse comprometida. E, obviamente, VV. Ex.^{as} sabem que não há revisão sem o Partido Social Democrata, como não há revisão sem o Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Castro.

A Sr.^a **Isabel Castro** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Telegraficamente, gostaria de dizer que me parece salutar o regresso ao trabalho parlamentar na sua componente das comissões e julgo ser um factor de prestígio para o Parlamento que muitos dos projectos que a elas descenderam não ganhem pó excessivo. Assim, parece-me que a possibilidade de as comissões voltarem a reunir, não como um exercício em si mesmo mas como um meio de obtermos mais diplomas em discussão final, é positiva.

Em relação à questão suscitada pelo Grupo Parlamentar do PS quanto à revisão constitucional, julgamos que a

parte importante do trabalho não será, exclusivamente, um domínio que nos pareça deva dominar e absorver, na sua totalidade, o tempo e as múltiplas vertentes que o trabalho dos Deputados deve reflectir.

O Sr. **Presidente:** — Para uma segunda intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. **Jorge Lacão** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A questão suscitada pelo Sr. Deputado Guilherme Silva é uma questão histórica relevante, mas, convenhamos, neste momento, é a questão menor. A questão fundamental é aquela a que o seu grupo parlamentar não respondeu, mas tenho esperança de que ainda possa fazê-lo.

E o meu convite, que renovo, é o seguinte: um total empenhamento dos Deputados do Partido Socialista na Comissão Eventual para a Revisão da Constituição, para, em cooperação com os Deputados dos outros partidos, podermos, desejavelmente, realizar e concretizar a primeira leitura dos projectos de revisão constitucional até ao final do mês em curso. E o meu convite a todos, e em especial ao PSD, é o de que façam, hoje e aqui, uma declaração no mesmo sentido, assumindo as consequências dessa declaração.

Estamos disponíveis para trabalhar, pois tal é perfeitamente normal, às segundas e às sextas-feiras, todos os dias úteis do mês de Setembro, e, inclusivamente, sendo necessário, podemos prever a possibilidade de serem realizadas sessões nocturnas nalguns dos dias da semana em que os trabalhos da revisão vão ter lugar.

Por isso, Srs. Deputados, mais importante do que qualquer outro factor de retórica, é conhecer inequivocamente da vossa parte um compromisso, idêntico ou não ao do PS, para que as reformas possam avançar com plena normalidade institucional e com a cooperação positiva de todos.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Sr. Presidente, de facto, não era intenção do PSD intervir sobre esta matéria — como já aqui foi referido, ela nem sequer constava da ordem do dia —, mas algumas das palavras que foram proferidas acabam por ter de merecer uma resposta da nossa parte.

Confesso que já me comecei a habituar a ver crescer em mim alguma curiosidade de cada vez que ouço o Deputado Jorge Lacão pedir a palavra neste Plenário, porque me habituei também a verificar que, muitas vezes, ele usa artifícios para defender o indefensável.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado sabe perfeitamente, porque é membro da Comissão Eventual para a Revisão da Constituição, como muitos dos Srs. Deputados aqui presentes, que, por parte de qualquer um dos Deputados membros dessa Comissão, bem como por parte das bancadas consideradas globalmente, não tem faltado qualquer tipo de empenho no bom andamento dos trabalhos. É completamente injusto que o Dr. Jorge Lacão venha aqui lançar, ainda que de forma indirecta, a ideia, profundamente contrária à realidade, de que tem havido, por parte da Comissão, um menor interesse no prosseguimento dos seus trabalhos. Isso é completamente falso.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que o que está a acontecer — e as palavras do Dr. Jorge Lacão, infelizmente, vêm corroborar essa nossa suspeita — é como que uma brincadeira por parte do Partido Socialista.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Desde Maio que o Partido Social Democrata anda a dizer que a revisão constitucional deve ser encarada como uma prioridade política, porque assim é, e a convidar o Partido Socialista para se sentar connosco — e, se o quiser fazer, também com o Partido Comunista e com o Partido Popular, pois não é ao Partido Social Democrata que compete convidar o Partido Socialista para falar com o Partido Popular nem com o Partido Comunista! — a fim de, de uma forma séria, olhar politicamente para os projectos de revisão constitucional e traçar uma grelha política que permita o andamento rápido, célere e conclusivo dos trabalhos de revisão constitucional.

O Sr. José Junqueiro (PS): — Então não estamos sentados na Comissão?!

O Sr. José Magalhães (PS): — Tem de ser no hotel!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, façam silêncio.

O Orador: — O Sr. Deputado Jorge Lacão vem agora falar na primeira leitura. Sr. Deputado, o PSD fez a primeira leitura do projecto de lei de revisão constitucional do Partido Socialista em Março. Vem agora o Sr. Deputado dizer que a primeira leitura é urgentíssima, é fundamental para o País e para a Assembleia e que, custe o que custar, tem de ser terminada, a «mata-cavalos», até final do mês de Setembro?! Isso é uma brincadeira,...

O Sr. José Magalhães (PS): — Uma brincadeira?!

O Orador: — ... é mistificar as questões. O que as pessoas têm de saber lá fora é que os projectos de revisão constitucional foram apresentados há quase 10 meses e há 6 meses que o Partido Social Democrata anda a solicitar, depois de ter feito a tal primeira leitura, um encontro político sério, ponderado,...

Protestos do PS.

... para acertar a revisão constitucional e o que verificamos é que o Partido Socialista vem agora — e o ritmo normal dos trabalhos é o dos trabalhos parlamentares — tentar mistificar a questão e atirar para cima das outras bancadas, todas elas envolvidas na revisão constitucional, eventuais responsabilidades, por uma questão que, de certeza, apenas diz respeito ao Partido Socialista.

Em qualquer circunstância, termino reiterando a posição do PSD de há muitos meses e que tem vindo a ser repetidamente afirmada quer pelo grupo parlamentar quer pela direcção nacional do meu partido e pelo seu presidente: o PSD tem urgência na revisão constitucional, entende que há aspectos importantes para o País que estão pendentes da revisão da Constituição e para isso, mais uma vez, manifesta todo o seu empenho nos trabalhos da revisão constitucional e, acima de tudo, manifesta uma total disponibilidade para, em conjunto com o Partido Socialista assim como com os outros partidos, se for essa a intenção — sem, com isso, pôr em causa os trabalhos parla-

mentares, como aqui foi referido por outras bancadas, e a antecipação desses trabalhos, o que já requeremos pois para nós é fundamental, são coisas perfeitamente distintas —, os tais encontros políticos em relação aos quais parece que o Partido Socialista, finalmente, veio dar luz verde, pela voz do seu Secretário-Geral, a fim de se poder dar um novo andamento ou, pelo menos, o andamento político qualitativamente diferente aos trabalhos da revisão constitucional.

Conte, Sr. Deputado, com esse empenho, mas conte também com a permanência da intenção da bancada do Partido Social Democrata de continuar a fazer a oposição que lhe compete nesta sede e a não pôr em causa os trabalhos deste Parlamento, que é a sede onde a oposição se realiza, por causa de um qualquer artifício ou de um qualquer calendário que o Partido Socialista decidiu agora inventar em torno da revisão constitucional.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Para defesa da consideração da bancada, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Lacão.

O Sr. Jorge Lacão (PS): — Sr. Presidente, quando o Sr. Deputado Marques Guedes pretende sugerir que há artifício nas minhas palavras, vale a pena ponderar.

Se há atraso nos trabalhos da Comissão Eventual para a Revisão da Constituição, o mesmo atraso resultou, desde logo, do bloqueio feito pelo PSD aos trabalhos da mesma Comissão...

O Sr. José Junqueiro (PS): — Muito bem lembrado!

O Orador: — ... ao longo de um tempo que, infelizmente, marcou uma atitude da parte do PSD que espero não volte a repetir-se, porque, tendo sido inédita, foi profundamente antidemocrática.

Vozes do PS: — Bem lembrado!

O Orador: — Depois, levou o tempo que levou a encontrar-se na Comissão Eventual para a Revisão da Constituição uma solução em sede de revisão para a questão referendária no processo de regionalização. Essa solução teve de ser encontrada com outros partidos, à revelia do concurso positivo do PSD. Não tem o PSD qualquer autoridade para não assumir uma quota-parte pesadíssima de responsabilidade por os trabalhos da revisão constitucional não estarem mais adiantados.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Por outro lado, propusemos que, neste mês de Setembro, a Comissão Eventual para a Revisão da Constituição reunisse em todos os dias úteis, incluindo, e volto a lembrá-lo, segundas-feiras e sextas-feiras, mas o PSD não revelou até ao momento o seu acordo para o efeito. Por isso, apelamos ao PSD para que reveja essa posição em nome de um objectivo útil: alcançar na sede própria, nos trabalhos da revisão constitucional, a primeira leitura, desejavelmente até ao final do mês de Setembro. E nós, nesta bancada, pasmámos por ouvir o Sr. Deputado Luís Marques Guedes dizer que a primeira leitura já estava feita há muito tempo.

O Sr. Silva Marques (PSD): — Os socialistas nem daqui a 10 anos acabam a primeira leitura!

O Orador: — Bom, deve ser a primeira leitura de cada Deputado, em sua própria casa, porque a primeira leitura do conjunto das iniciativas em sede própria, na Comissão, essa não foi feita e essa, aparentemente, é desprezível para o Sr. Deputado Luís Marques Guedes, mas não o é para o Partido Socialista. E porquê, Sr. Deputado? Porque nós, e aqui o reafirmo, estamos abertos e empenhados na possibilidade de realizar encontros com os partidos políticos com assento parlamentar em matéria de revisão constitucional de modo a obter acordos positivos para a modernização do sistema político. Mas queremos fazê-lo com base nas soluções encontradas pelos Deputados, em sede parlamentar própria, e não como os senhores pretendem, através de acordos de gabinete, à revelia do controlo democrático da opinião pública, o que não seria compreensível por parte do povo português.

Aplausos do PS.

É isto que nos separa e é este entendimento que desde o início não teve, da vossa parte, compreensão suficiente.

Sr. Deputado Luís Marques Guedes, volto a reafirmar: o nosso empenhamento vai manter-se e não posso deixar de lamentar profundamente, e em momento oportuno o PS disso tirará as consequências necessárias, que os senhores hoje, mais uma vez, não tenham sido capazes de assumir um compromisso inequívoco, claro e transparente de cooperação positiva.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Para dar explicações, se assim o entender, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Marques Guedes.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD): — Sr. Presidente, embora tenha ficado claro pela intervenção do Dr. Jorge Lacão que não havia qualquer consideração a ser defendida por parte da bancada, uma vez que me assiste o direito regimental de resposta a uma eventual defesa da consideração, não deixo de aproveitar esse tempo.

Quero dizer, desde logo, quanto à primeira parte da sua intervenção; em que tentou acusar o PSD de ter feito um bloqueio à revisão constitucional, que o PSD o fez consciente e satisfeito com os resultados que daí obteve. Conseguimos uma vitória muito importante para o País: a consagração do referendo nacional para a regionalização. Valeu a pena!

Aplausos do PSD.

Vozes do PS: — Essa é boa!

O Orador: — E se tornar a valer a pena por razões tão importantes quanto essas, fique descansado, porque fá-lo-emos novamente, sempre que seja para defesa de questões importantes.

Não resisto também, quanto à parte final das declarações do Deputado Jorge Lacão, a lembrar o seguinte: aparentemente, o Dr. Jorge Lacão volta, como em outras ocasiões já presenciámos nesta Câmara, a estar em alguma contradição com as declarações do Secretário-Geral do seu partido.

Vozes do PS: — Oh!

O Orador: — Ouvimos dizer ao Secretário-Geral do seu partido, há não muito tempo, que havia a disponibilidade total, até depois se acrescentava em alguns jornais que não seria ele, pessoalmente, mas outras pessoas da direcção do Partido Socialista, para participar em reuniões com os partidos da oposição, com o fim de definir as linhas gerais que devem presidir ao texto constitucional revisto. É isso que continuamos a aguardar. Se o Sr. Deputado insiste, depois dos sete meses que já esperamos, em nos fazer esperar mais sete meses, a dificuldade é vossa, do Partido Socialista. Se o Sr. Deputado quer, com esse seu afã, que as reuniões se iniciem na próxima semana, o PSD hoje, como no mês passado e há seis meses, está disponível e, mais do que isso, com vontade política firme para levar por diante esse encontro.

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos passar à votação do projecto de deliberação que autoriza o funcionamento das comissões...

O Sr. João Amaral (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, creio que há um entendimento em relação ao conteúdo do projecto coincidente com o que foi expresso pelo meu camarada Octávio Teixeira, de que as comissões são autorizadas a reunir, nos termos regimentais, se tal for necessário ao bom andamento dos seus trabalhos, e isto quer dizer que é para, com prioridade, procederem aos trabalhos necessários por forma a remeter para Plenário as matérias que nelas se encontram pendentes. É com este entendimento que não levantaremos qualquer dificuldade à votação do projecto de deliberação, tal como o Sr. Presidente propôs.

O Sr. Presidente: — Foi esse o entendimento da Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, mas, de qualquer modo, dou a palavra a quem a pedir.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Coelho.

O Sr. Carlos Coelho (PSD): — Sr. Presidente, quero apenas sublinhar uma coisa para que não haja equívocos sobre esta matéria.

Naturalmente que a Conferência dos Representantes dos Grupos Parlamentares, quando construiu o seu consenso, queria sobretudo privilegiar a produção de matéria que pudesse ser apreciada em Plenário, designadamente matéria legislativa, mas não só. Foi também referida a questão das petições, que estão com um atraso substancial, mas não só. Existe um conjunto de outros instrumentos de vocação parlamentar; estou a pensar, por exemplo, em audições que estão requeridas nas comissões, cuja execução se presume necessária, com alguma seriedade, e um entendimento mais limitado relativamente a interpretações sobre a capacidade de levar matérias a Plenário poderia dar a impressão de que não estariam contidas nesta interpretação.

Portanto, eu creio que o Sr. Presidente redigiu bem a deliberação, revemo-nos na redacção proposta por V. Ex.ª, embora pareça claro a todos nós que há um espírito de privilegiar, sem excluir outros instrumentos de fiscalização parlamentar, tudo aquilo que possa e deva ser submetido a Plenário.

O Sr. Presidente: — Penso que não haverá divergências de maior sobre as vossas duplas posições.

O Sr. João Amaral (PCP): — Peço, a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra.

O Sr. João Amaral (PCP): — Sr. Presidente, só queria sublinhar que a formulação que referi dizia «para com prioridade proceder». Mas é evidente que há outras matérias que até podem ter prioridade, como é o caso da audição a que o Sr. Deputado se referiu.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, parece-me haver entendimento, pelo que vamos votar o projecto de deliberação n.º 20/VII — Autoriza o funcionamento das comis-

sões parlamentares fora do período normal de funcionamento da Assembleia da República (Presidente da AR).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Srs. Deputados, terminámos os nossos trabalhos.

A próxima reunião da Comissão Permanente terá lugar no próximo dia 12.

Está encerrada a reunião.

Eram 17 horas e 50 minutos.

Faltaram à reunião os seguintes Srs. Deputados:

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS/PP):

Maria Helena Pereira Nogueira Santo.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 216\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1099 Lisboa Codex